



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA - IFBA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN
COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS
INFORMAÇÕES – CASI**

Salvador, 20 de junho de 2022.

NOTA TÉCNICA CASSI/IndicalFBA N.º 1/2022.

**À Magnífica Reitora do Instituto Federal da Bahia
Profa. Dra. LUZIA MATOS MOTA.**

Assunto: Alinhamento do registro de informações acadêmicas entre as plataformas SUAP, SISTEC e PNP para fins estatísticos, produção de indicadores e implementação de políticas institucionais educacionais no IFBA.

**Salvador
2022**

ELABORAÇÃO

Coordenadoras

Isabelle Priscila Carneiro de Lima

Miriã Alves Ramos de Alcântara

Equipe Técnica

Aline Alves Bandeira - **Assistente de Legislação e Normas**

Daniel Pereira Rocha - **Pesquisador na área de Ciências Humanas**

Jaqueline Dourado do Nascimento - **Pesquisadora na área de Indicadores Educacionais**

Sílvia Elaine Almeida Lima - **Pesquisadora na área de Educação Profissional e Tecnológica**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta Nota técnica tem por objetivo apresentar elementos que subsidiarão o alinhamento do registro de informações acadêmicas entre o Sistema de Unificação da Administração Pública (SUAP), Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) para fins de estudos estatísticos e produção de indicadores. Sendo assim, serão explicitados alguns problemas identificados no SUAP no sentido de fornecer elementos para que o IFBA possa atuar na construção de uma política de gestão de dados e de informações e, conseqüentemente, qualifique o planejamento e a avaliação de políticas institucionais. Deste modo, o IFBA contribuirá com a visibilidade da pesquisa acerca de indicadores educacionais e com a fidedignidade dos processos acadêmicos e administrativos da sua comunidade interna refletida nos sistemas da informação.

A partir do relatório “Diagnóstico das informações registradas no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (Módulos Ensino e Assistência Estudantil)” realizado pela equipe do projeto IndicaIFBA, cujo foco foi a análise da completude e da consistência das informações educacionais/dados acadêmicos registrados nos módulos Ensino e Assistência estudantil do SUAP, mediante o acesso à plataforma entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022.

Considerando-se, ainda, o comparativo realizado entre as informações acadêmicas do SUAP com a plataforma PNP (Microdados Matrículas) que identificou uma série de inconsistências referidas a fim de encaminhar sugestões, a saber: atualização das informações acadêmicas na plataforma SUAP que servem de base para a “alimentação” das plataformas SISTEC e PNP; padronização de procedimentos de “alimentação” e atualização dos registros no SUAP entre os *campi* do IFBA; alinhamento no uso de termos das plataformas (SISTEC, SUAP e PNP); preenchimento de campos essenciais para produção de indicadores e criação de campos específicos necessários para produção de determinados indicadores básicos para formulação de políticas internas. À margem do relatório, uma parte da equipe se debruçou em

torno da análise do alinhamento entre os indicadores adotados pelo SUAP e pela PNP, conferindo o fundamento das bases de cálculos e da descrição dos indicadores.

Em linhas gerais, infere-se que o IFBA, embora tenha um sistema acadêmico compatível, ainda não conta internamente com uma base de dados alimentada com registros completos e consistentes, fato este que, possivelmente, produziria algum viés na "alimentação" das plataformas externas, impactando, assim, na fidedigna produção de estatísticas e indicadores educacionais. Acerca disto, Moraes e Albuquerque (2019) apontam que as limitações das estruturas estatísticas atingem toda a Rede Federal, que atualmente está sujeita ao “cumprimento de metas de desempenho, aferidas pelo cálculo de indicadores educacionais” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 38). Ainda segundo os autores, “sem os números necessários para o monitoramento dos seus indicadores educacionais, a Rede Federal tem enfrentado o risco de sua descaracterização institucional”, afastando-se, assim, de sua principal missão que é formar e qualificar “[...] cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional [...]” (Brasil, 2008c, art. 6º). Assim, afere-se que “sem as estatísticas necessárias ao campo, também ficam prejudicadas as iniciativas que visam avaliar a qualidade da EPT” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p.41).

Atualmente a PNP é a base de dados estatísticos e de produção de indicadores da Rede Federal mais completa e confiável. Sendo que o SISTEC é uma das principais bases de dados acadêmicos de situação de matrículas e de cursos. A criação da PNP representa um marco para as instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

A base de dados da PNP reúne uma série de informações referentes ao corpo docente, corpo discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, cujos dados são extraídos de outras bases de dados oficiais como: SIAPE, SIAFI e SISTEC (SETEC/MEC, 2018).

Cumprido destacar que a PNP surgiu devido a problemas de ordem técnica, teórica e metodológica que estariam comprometendo a confiabilidade da produção dos dados estatísticos atribuídos em grande parte às deficiências identificadas no SISTEC (MORAES et al., 2018). Além disso, sua criação se deve à necessidade da constituição e estruturação de dados estatísticos convergentes com as características da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tais preocupações ensejaram por parte da SETEC a demanda de um novo projeto que estruturasse as estatísticas de suas instituições vinculadas a partir de uma nova concepção teórica-metodológica cuja análise, como de qualquer outra produção estatística do tipo censitária, é dividida em três grandes etapas: coleta de dados, validação da informação e disseminação dos resultados, em um modelo de ação conhecido como REVALIDE (BORTOLI MARIANO, 2020; MORAES et al., 2018).

Todos estes epigrafados fatos verificados pela pesquisa do IndicaIFBA originaram a necessidade de se formalizar ao IFBA a presente Nota Técnica, pelas razões e argumentos a seguir consignados.

2. AUSÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DA BASE DE DADOS (INTERNA E EXTERNA) E AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DE DADOS.

A ausência de padronização da base de dados não é um problema exclusivo do IFBA. Tomando como referência alguns documentos e trabalhos já produzidos no contexto dos Institutos Federais, é notório que se trata de uma demanda comum presente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Sobretudo pela capilaridade e existência de múltiplos *campi*, o que cria um descompasso na implantação de *softwares* de registros de forma equânime, muitas vezes associados a uma lacuna na capacitação profissional em termos de rotinas e boas práticas de uso destes *softwares*, além da ausência de documentação acessível e compartilhada uniformemente para toda a instituição.

Assim, o Tribunal de Contas da União (TCU) coaduna com o fato de que:

De acordo com a SETEC foram tomadas diversas providências em relação à nova metodologia, tais como: definição de categorias (verbetes) e de modelagem matemática dos indicadores; convencimento e envolvimento dos atores do processo (MEC, SETEC, IFS, Universidades, etc); redação e publicação da Portaria SETEC nº 01/2018; arquitetura e desenvolvimento dos diversos módulos da PNP; capacitação presencial e desenvolvimento de ferramentas de educação a distância; e planejamento e acompanhamento das atividades, dentre outras. Entretanto, há outros aspectos que precisam ser avaliados para a melhorar a gestão dos indicadores. O GT Indicadores propôs a substituição dos 32 indicadores do manual por 15 novos indicadores, sendo que um deles ainda não possui modelagem matemática definida. O GT também informou que a modelagem matemática do “Aluno Equivalente” está sendo reformulada (TCU, 2017, p. 32).

Destarte, a nota técnica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, 2016) acerca da regulamentação da produção de cadastro eletrônico e criação de uma base de dados interna e única, já traz elementos importantes a serem considerados, porque estes parecem enfrentar problemas comuns a outros Institutos, inclusive ao IFBA. Um primeiro problema estaria relacionado ao fluxo e à tramitação de processos relacionados a aprovação de cursos¹, ou seja, uma vez tendo sido aprovado um curso, as informações sobre ele passam a ser distribuídas em diversos locais, sistemas e plataformas distintas, que no caso do IFBA são: o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), além de documentos eletrônicos, planilhas avulsas e compiladas, e registro em documentação física, que seriam preenchidas por diversos servidores espalhados pelos *campi* existentes.

Como aponta o documento do IFSC, é essa multiplicidade de base de dados e de pessoas que dificultam a obtenção de dados, e, conseqüentemente, a produção de estatísticas e de indicadores educacionais (dificuldade esta enfrentada também pela equipe do nosso projeto) em virtude da dispersão da informação do IFBA e da dificuldade de realizar um cruzamento entre estes dados.

¹ O fluxo listado seria: Formulação do Projeto Político Pedagógico (PPC); Aprovação do PPC pelo Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE); Aprovação do Conselho Superior (CONSUP) (IFSC, 2016).

O uso não padronizado de diversos *softwares* e de sistemas geram morosidade tanto no preenchimento quanto ao acesso à informação, já que muitas vezes “são necessárias operações manuais, duplicação de coletas e retrabalhos, fazendo com que os dados sejam perdidos ou discrepantes” (IFSC, 2016, p.3). Aqui, reproduzimos na íntegra os pontos sinalizados pelo documento supracitado em relação aos sistemas que parecem ser também os problemas identificados pela equipe do projeto IndicaIFBA:

- Não são interoperáveis, não se comunicam, impossibilitando o cruzamento de informações entre eles;
- não seguem uma padronização única de categorias e verbetes, dificultando a análise e os estudos comparativos;
- não possuem marco regulatório que padronize o registro e o cadastro de informações e, na maioria das vezes, apresentam campos abertos que dão espaço aos erros na inserção de dados;
- são operacionalizados por servidores que com raras exceções receberam treinamento adequado (IFSC, 2016, p.3).²

É sabido que o SUAP é utilizado como a ferramenta principal de ‘alimentação’ das informações dos sistemas SISTEC e PNP e que a PNP extrai do SISTEC as informações registradas pelas instituições, incluindo, naturalmente, o IFBA, e que também no período de saneamento das inconsistências da PNP, o SUAP é consultado por parte dos servidores responsáveis pelos registros acadêmicos do IFBA. Importa frisar que o saneamento das inconsistências realizadas na PNP não serão automaticamente corrigidas no SISTEC, sendo assim, “caso existam dados inconsistentes no SISTEC, como ocorre atualmente, eles continuarão a existir, se as mesmas correções não forem feitas também nesse sistema” (TCU, 2018, p. 31). Nessa direção, é necessária a padronização das bases de dados do IFBA para que as informações registradas não sejam passíveis de erros quando se estiver alimentando ou corrigindo as plataformas externas (SISTEC e PNP).

Insta consignar que, a partir de 2016, observa-se um quantitativo maior de registros na PNP quando comparados com o SUAP, com exceção do ano de 2017. Esta diferença era esperada, devido aos períodos distintos de extração das bases. É notório e preocupante que em 2020 encontremos uma diferença muito expressiva (44,3%) no quantitativo de matriculados, o que mostra a

² Os grifos nesta citação são nossos.

persistente falta de uniformidade nos registros das informações entre as bases de dados. Nota-se que os *Campi* de Brumado, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Valença, Ubaitaba e Simões Filho possuem uma maior diferença nos registros entre a PNP e o SUAP (Tabela 1).

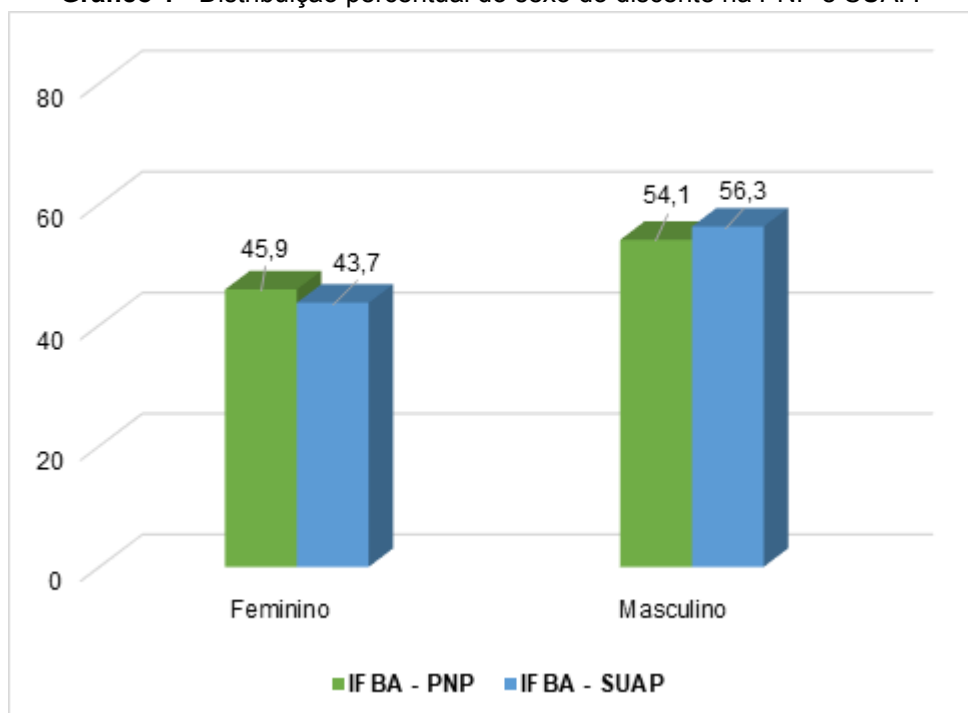
Tabela 1 - Quantitativo de registros por Campi nas bases de dados da PNP e SUAP no ano de 2020.

Campus	IFBA-PNP		IFBA -SUAP		Diferença Absoluta em relação a PNP	
	n	%	n	%	n	%
Barreiras	1350	3,7	1343	4,1	7	0,5
Brumado	2624	7,1	955	2,9	1669	63,6
Camaçari	1127	3,1	865	2,6	262	23,2
Euclides de Cunha	658	1,8	664	2,0	-6	-0,9
Eunápolis	1720	4,7	2048	6,2	-328	-19,1
Feira de Santana	3032	8,2	1567	4,7	1465	48,3
Ilhéus	2108	5,7	1537	4,7	571	27,1
Irecê	895	2,4	1031	3,1	-136	-15,2
Jacobina	1449	3,9	1238	3,7	211	14,6
Jequié	1079	2,9	988	3,0	91	8,4
Juazeiro	805	2,2	901	2,7	-96	-11,9
Lauro de Freitas	1242	3,4	1006	3,0	236	19,0
Paulo Afonso	692	1,9	685	2,1	7	1,0
Porto Seguro	1017	2,8	1040	3,1	-23	-2,3
Salvador	8099	22,0	7997	24,2	102	1,3
Santo Amaro	841	2,3	987	3,0	-146	-17,4
Santo Antônio de Jesus	640	1,7	377	1,1	263	41,1
Seabra	623	1,7	541	1,6	82	13,2
Simões Filho	1560	4,2	2124	6,4	-564	-36,2
Ubaitaba	323	0,9	200	0,6	123	38,1
Valença	1733	4,7	1004	3,0	729	42,1
Vitória da Conquista	3168	8,6	3935	11,9	-767	-24,2
Total	36785	100,0	33033	100,0	-	-

Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNP e SUAP.

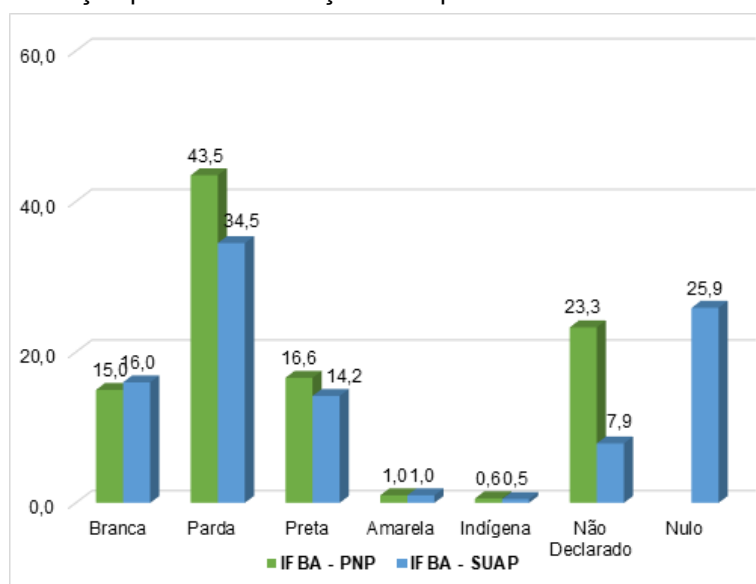
Em relação às características demográficas e socioeconômicas dos discentes temos um percentual aproximado de estudantes do sexo masculino 54,1% (PNP)/ 56,3% (SUAP) e feminino 45,9% (PNP) / 43,7% (SUAP) (Gráfico 17). A raça/cor com o maior percentual de pardos (43,5% - PNP/ 34,5%-SUAP) e pretos (16,6% - PNP/ 14,2% - SUAP), há um alto percentual de não declarados nas duas bases com 23,3% na PNP e 7,9% no SUAP, neste último temos a categoria “nulo” com 25,9% (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição percentual do sexo do discente na PNP e SUAP.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNP e SUAP.

Gráfico 2 - Distribuição percentual da raça/cor da pele do discente na PNP e SUAP.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNP e SUAP.

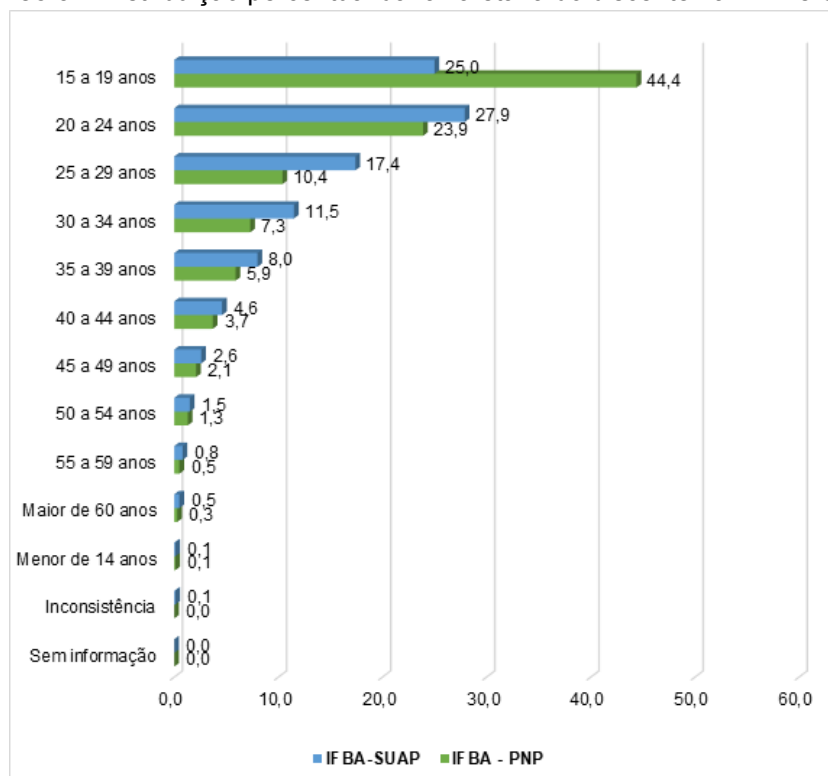
Com relação ao preenchimento do campo raça/cor, faz-se necessária a realização de uma pesquisa qualitativa junto aos setores para verificar se os motivos da não declaração dos estudantes é porque o estudante optou em não declarar, ou se é devido ao não preenchimento diretamente na PNP. Como não

há campo específico para o preenchimento destas informações no SISTEC, a PNP faz a extração automática das informações do próprio SISTEC, acusando, portanto, inconsistências a serem sanadas. Outro aspecto a ser investigado é o que significa a categoria “nulo” no SUAP. Nesse caso, seria também a ausência da informação no momento do preenchimento (?).

É mister esclarecer, ainda, que da análise dos dados socioeconômicos foi extraída uma base de dados (25/01/2022), cujas informações preenchidas no formulário de caracterização socioeconômica dos estudantes não são de preenchimento obrigatório, embora se destinem a todos os estudantes da instituição. Fato este que possivelmente tenha gerado um baixo índice de registro das informações. No entanto, as mesmas vêm sendo preenchidas pelos estudantes que buscam acessar algum auxílio ou bolsa da Assistência Estudantil.

Corroborando a ausência acerca dos dados dispostos nas plataformas referentes a PNP e SUAP, tem-se o Gráfico 3, sobre a “Distribuição percentual da faixa etária do discente na PNP e SUAP”, com maior diferença nos percentuais nas faixas etárias de 15 a 19 anos (44,4% - PNP/ 25,0% SUAP), 20 a 24 anos (23,9% - PNP/ 27,9% - SUAP), 25 a 29 anos (10,4% - PNP/ 17,4% - SUAP) e de 30 a 34 anos (7,3% - PNP/ 1,5% - SUAP). A base de dados do SUAP apresentou inconsistência no registro da idade, tendo estudantes com idade inferior a 10 anos (49 - 0,1%):

Gráfico 3 – Distribuição percentual da faixa etária do discente na PNP e SUAP.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNP e SUAP.

Apresentada uma parte das discrepâncias dos dados cadastrados no SUAP e as informações constantes na PNP, questiona-se: Por que algumas informações que estão na PNP não estão preenchidas no SUAP? Afinal, foram diagnosticadas ausências de informações no SUAP, que constam na PNP. Também não há dados acerca de campos como cor/raça e sexo no SISTEC, mas que são informados à PNP. Percebe-se a necessidade de se padronizar a base de dados do IFBA, pois estas condições apontadas permitem inferir que as plataformas atinentes a SISTEC e a PNP disseminam algumas informações nem sempre confiáveis sobre o IFBA.

Registre-se que o IndicaIFBA demonstrou detalhadamente no aludido relatório “Diagnóstico das informações registradas no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (Módulos Ensino e Assistência Estudantil)” estas incongruências técnicas entre as bases de dados das plataformas SUAP e PNP. Alguns problemas enfrentados por boa parte das instituições federais com relação a cadastros, qualificação e gerenciamento de dados, extração de relatórios, operações eletrônicas em seus sistemas acadêmicos, impulsionaram

o Indicador FBA a utilizar como referências a Nota Técnica do IFSC e o Relatório do TCU.

Cumprir registrar que no IFSC, o trabalho de padronização e organização da base de dados é executado pela Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA), criado em 2012, apresentou metodologia pioneira no IFSC no processo de quantificação, qualificação e organização dos dados acadêmicos. “Desse trabalho resultaram três anuários estatísticos, cujo processo censitário, coordenado pela DEIA, contou com a participação efetiva da Rede de Registros Acadêmicos (REDE-RA)” (NOTA TÉCNICA Nº 01/2016/PROEN/DEIA, 2016, p.33). A DEIA tem como competências:

I. Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais, propondo políticas públicas de controle das variáveis apresentadas; II. Orientar o trabalho do Departamento de Registro Acadêmico, disseminando o conhecimento regulatório e normatizando sua atividade; III. Estabelecer, em parceria com a Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação, as políticas de acesso ao sistema interno de Registro Acadêmico; IV. Articular a interlocução entre a Pró-Reitoria de Ensino e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional nas ações de desenvolvimento dos sistemas computacionais para atendimento das demandas do universo acadêmico; V. Garantir a atualização dos Sistemas de Informação Acadêmica do Ministério da Educação, promovendo as devidas traduções conceituais com o sistema interno de Registro Acadêmico; VI. Promover a auditoria dos dados acadêmicos do IFSC de forma a garantir a compatibilidade numérica das informações apresentadas nos Sistemas de Informação do MEC e no Sistema interno de Registro Acadêmico; VII. Fornecer à Diretoria de Gestão do Conhecimento os insumos estatísticos necessários para o cálculo dos indicadores educacionais e para a geração dos relatórios de gestão; VIII. Coordenar a coleta dos dados referentes ao Plano Semestral de Atividade Docente, fornecendo subsídios estatísticos para a elaboração de políticas públicas no âmbito da Diretoria de Ensino; IX. Estabelecer os parâmetros estatísticos do Relatório de Atividade Docente; X. Subsidiar a Pró Reitoria de Ensino com dados que apontem arranjos educacionais impróprios, com vistas a orientar o estabelecimento de novas funções docentes e ampliar a oferta educacional; XI. Propor, no âmbito de sua atuação, novos indicadores educacionais; XII. Coordenar a atividade da Procuradoria Educacional Institucional; XIII. Acompanhar as atividades provenientes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES no IFSC; XIV. Elaborar e aprimorar procedimentos para a avaliação interna e cíclica dos cursos de graduação, com vistas a obtenção de excelência nos indicadores do SINAES; XV. Representar a Pró-Reitoria de Ensino quando necessário. (IFSC, 2010).

No IFBA, tem-se um departamento similar à DEIA que é o DEAC (Departamento de Assuntos Acadêmicos), o qual possui como atribuições:

I. Solicitar, sistematizar e publicar dados referentes à matrícula, evasão e repetência em todos os níveis e modalidades de ensino do IFBA; II. Propor a padronização dos modelos e procedimentos para a emissão de diplomas dos cursos de graduação, de nível técnico de educação profissional, bem como pós-graduação do IFBA; III. Atestar as informações dos diplomados e dos cursos, com base nos atos legais internos e externos; IV. Registrar certificados e diplomas de todos os cursos oferecidos pelo IFBA; V. Registrar os diplomas estrangeiros revalidados; VI. Manter em seus arquivos atas de colação de grau, lista dos formandos, bem como dados dos cursos do IFBA; VII. Atuar na elaboração e revisão dos normativos da área acadêmica; VIII. Assessorar as Coordenações de Registro Acadêmico dos Câmpus na aplicação das normas acadêmicas e das normas internas de funcionamento do IFBA; IX. Auxiliar os Câmpus e monitorar a utilização dos sistemas de registro acadêmico, propondo melhorias para este sistema; X. Em articulação com os Câmpus, manter nos arquivos, formando um banco de dados, os projetos dos cursos oferecidos no IFBA, bem como os respectivos programas de disciplina, de acordo com o padrão estabelecido para o IFBA; XI. Manter registros atualizados de evasão e reprovações para subsidiar as ações da Diretoria de Políticas Educacionais; XII. Assessorar os Câmpus na elaboração dos Calendários Acadêmicos, monitorando a sua execução; XIII. Executar outras atividades correlatas (IFBA, 2013).

Nessa direção, nota-se que cabe ao DEAC (Departamento de Assuntos Acadêmicos) a tarefa de conduzir o trabalho de padronização e organização da base de dados. Porém, esta condução não pode prescindir de uma política de gerenciamento de dados e da informação por parte do IFBA, contando com a expertise de servidores de diferentes setores (MARIANO, 2020). Na realidade, do ponto de vista das estratégias de gerenciamento da informação há uma série de equívocos no registro dos dados, sendo os dois vieses mais comuns, os que se referem à taxonomia e à completude. Ou seja, faz parte do escopo da área de gerenciamento da informação criar estratégias para lidar com a variedade de nomenclaturas imprecisas para nomear um determinado fenômeno, originárias da prática ou do senso comum, necessitando de fundamentos conceituais que indiquem o termo correto. O mesmo se dá com a ausência do preenchimento de informações ou de dados não registrados durante um certo período (CHAPMAN, 2015).

3. AS PRINCIPAIS CAUSAS DA DESATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ACADÊMICAS NA PLATAFORMA SUAP QUE SERVEM DE BASE/REFERÊNCIA PARA A “ALIMENTAÇÃO” DAS PLATAFORMAS SISTEC E PNP.

Ainda segundo o levantamento realizado pelo projeto IndicalFBA, diagnosticou-se a desatualização das informações registradas no SUAP, no que concerne às nomenclaturas de cursos e os *status*/situação dos estudantes. A equipe do Projeto IndicalFBA identificou 2.292 casos de matrículas duplicadas no período de 2018 a 2021. No entanto, não há como afirmar que esses números duplicados sejam exclusivamente ocasionados devido à desatualização das nomenclaturas do curso, carecendo-se assim, de um estudo mais profundo sobre os possíveis problemas existentes no sistema que está gerando a duplicidade de matrículas. Além disso, há vários cursos inativos que devem ser excluídos do sistema SUAP, pois mantê-los no sistema pode estar provocando a persistência das inconsistências nas plataformas SISTEC e PNP, pois é o SUAP que serve de referência para o preenchimento e alterações daquelas plataformas.

Além disso, conforme já mencionado, há informações registradas em outras fontes (planilhas ou outros sistemas específicos) que não estão no SUAP, assim, muitas informações preenchidas no SISTEC são oriundas de outras fontes que não o SUAP. Esta situação se caracteriza, também, como uma das causas de desatualização do sistema, uma vez que estas informações são prestadas ao SISTEC e PNP sem estarem registradas no SUAP.

Outro fator de desatualização do sistema SUAP, também diagnosticado, foi a ausência de alteração do *status* de matrícula do estudante. Há duas formas de alteração do *status* de matrícula do estudante que são a de forma automática e a via manual. Contudo, foram identificadas situações de matrículas em que não foi possível compreender o critério utilizado pelo sistema ou pelo registrador acadêmico para a mudança do *status* da matrícula. Para exemplificar esta situação, apresentam-se três situações de jubramento dos estudantes que ingressaram na instituição em 2018.

Figura 1: Situação 1 de matrícula “jubilado”

▼ Matrículas em Períodos

Exibir percentual de frequência nos períodos









Ações	Período	Ano/Período Letivo	Turma	Situação no Período
 	1	2020/1	-	Jubilado
 	1	2019/1	20191.1.833.3V	Reprovado
 	1	2018/1	20181.1.833.1V	Reprovado

Fonte: SUAP/IFBA (2022)

Figura 2: Situação 2 de matrícula “jubilado”

▼ Matrículas em Períodos

Exibir percentual de frequência nos períodos





Ações	Período	Ano/Período Letivo	Turma	Situação no Período
 	1	2021/1	-	Jubilado
 	1	2020/1	20201.1.ITST.1M	Rep. Falta
 	1	2019/1	20191.1.ITST.1M	Reprovado
 	1	2018/1	20181.1.ITST.1M	Reprovado

Fonte: SUAP/IFBA (2022)

Figura 3: Situação 3 de matrícula “jubilado”

▼ Matrículas em Períodos

Exibir percentual de frequência nos períodos

Ações	Período	Ano/Período Letivo	Turma	Situação no Período
 	1	2018/2	-	Jubilado
 	1	2018/1	20181.1.STST.1N	Rep. Falta

Fonte: SUAP/IFBA (2022)




Temos que na primeira situação (Figura 1) o estudante obteve duas reprovações anuais consecutivas e no ano seguinte sua matrícula foi alterada para ‘jubilado’. Na segunda situação (Figura 2) o estudante teve também duas reprovações, mas no ano seguinte a sua matrícula não foi alterada para ‘jubilado’. Já no terceiro caso (Figura 3), o aluno teve apenas uma reprovação por falta e no ano seguinte a sua matrícula foi alterada para ‘jubilado’. Para estas situações, questiona-se, qual o critério o sistema ou o registrador acadêmico usa para alterar o *status* de matrícula dos estudantes?

Diante do exposto, infere-se que há *status* de matrícula que não acompanha a real situação do estudante na instituição, conforme a figura 4:

Figura 4: Situação de matrícula ‘Em aberto’ (ou aguardando matrícula)

▼ Matrículas em Períodos

Exibir percentual de frequência nos períodos

Ações	Período	Ano/Período Letivo	Turma	Situação no Período
 	2	2019/1	-	Em Aberto
 	1	2018/2	-	Aprovado

Fonte: SUAP/IFBA (2022)

A situação acima mostra que último histórico de trajetória do aluno na instituição foi em 2018. Nesse caso, no ano seguinte o status da matrícula não deveria estar alterado para ‘Abandono’ ou ‘evasão’?

Importa frisar, ainda, que há informações acadêmicas em processo de migração no SUAP oriundas de outros sistemas acadêmicos antigos (SIGA e SICAD), que, provavelmente, não faz de forma automática a crítica do *status* de matrícula do estudante quando migram para o SUAP. “Sabe-se que a crítica de um sistema informatizado é fundamental para verificar se os dados correspondem à realidade da organização” (NOTA TÉCNICA Nº 01/2013/DEIA/PROEN, 2013, p.7). Segue uma representação da necessidade de se ter uma crítica metodológica no sistema acadêmico:

Um exemplo prático disso acontece no preenchimento do CenSup: caso cadastramos em 2013 um aluno que não foi informado em 2012, o sistema perguntará se esse aluno é ingressante, única justificativa para a ausência de registro no ano anterior. O CenSup não “fechará” enquanto inconsistências como essas não forem resolvidas (NOTA TÉCNICA Nº 01/2013/DEIA/PROEN, 2013, p.7).

Ademais, o Quadro 1 compara as nomenclaturas utilizadas nas três plataformas, SISTEC, SUAP e PNP. As indicações em azul são referentes aos termos usados no SISTEC e PNP, as indicações em amarelo são referentes aos termos que, por suposição, estamos associando o mesmo significado, e, por fim, os termos em laranja são aqueles termos presentes apenas no SUAP. Os termos sem sinalização em cores são os que constam nas três plataformas.

Quadro 1 - Comparação de nomenclatura (SISTEC, SUAP e PNP).

SISTEC	SUAP	PNP
	Abandono	Abandono
	Aguardando colação de grau	
	Aguardando matrícula	
	Cancelado	Cancelado
	Cancelamento Compulsório	
	Concludente	
Concluído	Concluído	Concluído
Desligado		Desligado
	Em migração	
	Estagiário (concludente)	
Evadido	Evasão	
	Falecido	
	Formado	
Integralizar em fase escolar		Integralizado
	Jubilado	
	Matriculado	Em fluxo
	Matrícula Vínculo Institucional	
	Não concluído	Reprovado
		Retido
	Trancado	
	Trancado voluntariamente	
Transferência externa	Transferido externo	Transferência externa
Transferência interna	Transferido Interno	Transferência interna

Fonte: Elaborado a partir dos dados de SISTEC, SUAP e PNP.

Desta forma, torna-se perceptível que o SUAP possui nove termos de uso exclusivo no sistema. Fato este que torna impossível que os dados sobre a situação dos estudantes sejam, automaticamente, comparados com os dados presentes nas outras plataformas. Cumpre ainda destacar que os *status* de matrículas do SUAP acima representados são aqueles que estão na parte do filtro que permite fazer as buscas dos estudantes por 'situação'.

Figura 5: Filtros de busca no SUAP

Início » Alunos

Alunos

Exportar para XLS Efetuar Matrícula Direta Ajuda

FILTROS:

Texto: Ano de Ingresso: Período de Ingresso: Situação:

Campus: Modalidade de Ensino: Polo EAD: Curso:

Fonte: SUAP/IFBA(2022)

Em tempo, consigna-se que dentro do SUAP há outra relação de 27 ‘situações de matrículas’, dentre elas apenas nove estão com o *status* “ativos”, a saber: concludente, concluído, estagiário concludente, formado, jubilado, matriculado, matrícula vínculo institucional, não contabilizado no tempo de integralização e trancado. Nesse sentido, infere-se que são essas 9 situações de matrículas que atualmente estão em funcionamento, ou seja, quando os registradores acadêmicos cadastram ou alteram a situação de matrículas a opção disponível está entre as nove e que as 19 situações de matrículas que constam no filtro de busca, uma parte destas, está em desuso. Logo, as antigas situações de matrículas não estão acompanhando a real situação do estudante na instituição consoante as situações de matrículas atuais. Nessa direção, é necessário que todas as situações de matrículas dos estudantes sejam reclassificadas em conformidade aos *status* que de fato estão ativos e que posteriormente sejam excluídos os termos das situações de matrículas que estejam desativados, ou a ativação de outras situações de matrículas que sejam de interesse da instituição, para fins, inclusive, de equiparação entre os termos adotados pela PNP.

Figura 6: Situação de matrículas

ID	Descrição	Ativo
101	Abandono	✘
8	Afastado	✘
13	Aguardando Colação de Grau	✘
16	Aguardando ENADE	✘
102	Aguardando Matrícula	✘
15	Aguardando Seminário	✘
10	Cancelado	✘
20	Cancelamento Compulsório	✘
14	Certificado ENEM	✘
5	Concludente	✔
6	Concluído	✔
18	Egresso	✘
103	Em Migração	✘
12	Estagiário (Concludente)	✔
9	Evasão	✘
7	Falecido	✘
19	Formado	✔
17	Intercâmbio	✘
3	Jubilado	✔
1	Matriculado	✔
21	Matrícula Vínculo Institucional	✔
100	Não concluído	✘
104	NÃO CONTABILIZADO NO TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	✔
2	Trancado	✔
99	Trancado Voluntariamente	✘
11	Transferido Externo	✘
4	Transferido Interno	✘

Fonte: SUAP/IFBA(2022).

O Anexo I apresenta a sugestão de reclassificação dos status das matrículas do SUAP, considerando os termos adotados pela PNP, para fins de equiparação. De todo modo, é necessário analisar quem são os considerados “não concluídos” no SUAP, uma vez que a maioria destes status se referem aos estudantes de cursos FIC reprovados por falta.

Em linhas gerais, urge que a plataforma SUAP conte com um procedimento de atualização contínua no que se refere à revisão das nomenclaturas dos cursos e à alteração do *status* de matrícula de acordo à situação real do estudante, bem como à padronização de conceitos aplicados à situação de matrícula do estudante por todos os campi de modo que dialoguem

com as categorias adotadas pela PNP, a fim de que, no período das correções das inconsistências na PNP, os *status* de matrículas estejam em conformidade entre as plataformas.

Infere-se que o quantitativo e a falta de capacitação dos profissionais dos setores de registros acadêmicos podem estar interferindo na rotina de procedimentos de atualização e qualificação dos dados no SUAP. Quanto à atualização de todos os *status* de matrículas no SUAP, entende-se que esta tarefa demandará um criterioso processo de investigações operacionais e técnicas, por parte do IFBA.

4. A RELEVÂNCIA DO ALINHAMENTO E DA QUALIFICAÇÃO DOS DADOS ACADÊMICOS ENTRE AS PLATAFORMAS SUAP, SISTEC e PNP PARA A PRODUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS.

O indicador é uma medida para conhecimento ou acompanhamento de uma dada realidade. Para Aguillar e Ander-Egg (1994, p.123), “o indicador é, simplesmente, uma forma de nos aproximarmos do conhecimento de algo que não podemos captar diretamente”. De maneira semelhante, Jannuzzi (2017, p.21) define um indicador social, como: “[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).” No campo educacional, os indicadores são instrumentos que possibilitam o conhecimento dos sistemas, envolvendo as diversas situações, tais como: o acesso, a permanência, o desempenho, a formação, as condições socioeconômicas, dentre outras, que estejam direcionadas ao acompanhamento da qualidade dos sistemas de ensino.

A relevância na utilização dos indicadores educacionais se encontra na possibilidade que os mesmos possuem de trazer informações para as comunidades interna (IFBA) e externa (sociedade em geral), assim como uma maior transparência na alocação de recursos públicos e para auxiliar no

processo de tomada de decisão, quer seja na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas ou na gestão, com a revisão e melhoria de seus processos.

O Estado com as reformas neoliberais, como um Estado Mínimo, modifica o seu papel de provedor dos serviços públicos sociais para um papel de regulador e de avaliador das políticas sociais (AFONSO, 2001). No âmbito da educação, temos a implementação dos sistemas nacionais de avaliação, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, na gestão, com a elaboração de planos de acompanhamento, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os relatórios de gestão, dentre outros.

Essas transformações, como nos afirma Afonso (2001, p. 25), fazem parte da “transição de uma forma de regulação burocrática e fortemente centralizada para uma forma de regulação híbrida que conjuga o controle pelo Estado com estratégias de autonomia e autorregulação das instituições educativas”. Além destas modificações, temos os aspectos relacionados à transparência, que envolvem a necessidade de disponibilizar um instrumental com informações acessíveis aos diferentes interessados pela política ou ação, temos um cenário de ampliação da participação e do controle social, com um maior acompanhamento e fiscalização dos serviços públicos. Assim, é neste contexto, que há o desenvolvimento de práticas avaliativas e de monitoramento das políticas, programas e projetos educacionais.

O acompanhamento da oferta e da qualidade do ensino na Rede Federal está presente em diferentes documentos oficiais, que utilizam de indicadores para o acompanhamento de suas metas, a exemplo do Plano Nacional de Educação (2014-2024), o qual consigna a Meta 11 que trata da ampliação das “[...]matrículas da educação profissional técnica de nível médio [...]”, com o “indicador 11A - Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio”(BRASIL, 2017, p.187). Cumpre ressaltar que “O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência” (PNE, 2020). Há, também, indicadores que analisam a evasão por ciclo ou o índice de

titulação do corpo docente presentes na Plataforma Nilo Peçanha (MORAES *et al.*, 2018), dentre vários outros.

Nesse sentido, as informações disponibilizadas pelo IFBA, por meio dos SUAP e SISTEC, para a elaboração de indicadores disponibilizados na PNP ou indicadores próprios, têm como desafio possibilitar uma maior transparência dos dados. O escopo é refletir tendo como base as informações o mais próximo da realidade do Instituto, apontando a demanda direcionada para a atualização continuada, para a melhoria dos sistemas de coleta de informações e para o acesso dos mesmos.

Depois de comparados e analisados os dados acadêmicos e estatísticos entre o SUAP e a PNP, foi diagnosticada a necessidade da qualificação dos dados no SUAP e, conseqüentemente, do SISTEC, foi verificado se há o alinhamento entre os indicadores das respectivas plataformas. Identificou-se que no SUAP há 9 indicadores de ensino, sendo que a PNP possui 19 indicadores.

Quadro 2: Indicadores do SUAP/IFBA.

INDICADORES
1- Taxa de Retenção
2- Taxa de Conclusão
3- Taxa de Evasão
4- Taxa de Reprovações
5- Taxa de Matrícula Ativa Regular
6- Taxa de Matrícula Ativa Retida
7- Índice de Efetividade Acadêmica
8- Taxa de Saída com Êxito
9 - Índice de Permanência e Êxito

Fonte: SUAP/IFBA (2022).

Quadro 3: Indicadores da PNP

INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES
Matrícula Equivalente	Conclusão por Ciclo	Gasto Corrente por Matrícula

Matrículas Equivalentes em cursos técnicos	Evasão por Ciclo	Índice de Verticalização
Matrículas Equivalentes em cursos de formação de professores	Retenção por Ciclo	Taxa de Ocupação
Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Índice de Eficiência Acadêmica	Índice Geral de Cursos (IGC) - indicador INEP
Oferta de vagas noturnas para graduação	Índice de Titulação do Corpo Docente	Conceito Preliminar de Curso (CPC) - indicador INEP
Relação de Inscritos por Vagas	Relação de Matrículas por Professor	-
Taxa de Evasão Anual	Relação de Matrículas Presenciais por Professor	-

Fonte: Guia de Referência Metodológica da PNP (2020).

Assim, afere-se que o indicador ‘taxa de retenção’ no SUAP é o mesmo indicador ‘retenção por ciclo’ na PNP. Embora com nomenclaturas diferentes, a descrição e a base de cálculo se referem à mesma natureza dos indicadores. Consequentemente, aduz-se que:

Este indicador mede o percentual de alunos retidos em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado desse indicador mostra, do universo total de matrículas atendidas em cada período, o percentual de alunos que atrasaram a conclusão do seu curso. Esse indicador só dará 100% se todas as matrículas do curso estiverem retidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos.

Base de cálculo: $TRt = (\text{retidos} / \text{matrículas atendidas}) * 100$ (SUAP/IFBA)

Este indicador mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente. Base de cálculo: $RCiclo [\%] = \text{Retidos no ciclo} / \text{Matrículas no ciclo} * 100$. (MORAES *et al.*, 2020, p.29).

O indicador ‘taxa de conclusão’ no SUAP consta também na PNP como ‘conclusão por ciclo’, ambos possuem a mesma base de cálculo, embora também com nomenclaturas diferentes, no entanto, não é discriminado quem são os concluídos na ficha técnica do SUAP, contudo, pelo cadastro dos *status* de matrícula do sistema, é possível inferir que os concluídos se referem a “aguardando colação de grau”; concluídos; formados e concludentes. Ao passo que na PNP os “concluintes” referem-se aos “concluídos” e “integralizados”.

Aluno Formado ou Integralizado em fase escolar, sendo: Formado: Aluno que concluiu com êxito todos os componentes curriculares do curso, fazendo jus à certificação; Integralizado em fase escolar: Aluno que concluiu a carga horária das unidades curriculares de um curso, mas ainda não pode receber a certificação por não ter concluído componentes curriculares como Estágio, Extensão obrigatória, TCC, ENADE, etc (MORAES *et al.*, 2020, p. 29).

No que concerne às descrições e às bases de cálculos de ambos indicadores, temos o seguintes:

Este indicador mede o percentual de conclusão em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos e com a quantidade de vagas ofertadas em cada período de análise. Por exemplo, em um curso com duração de 4 anos, que oferta em todos os períodos a mesma quantidade de vagas, e todos os alunos concluem no prazo, o resultado será de 25%, ou seja, este indicador somente atingirá 100% em curso com início e término no mesmo ano. Por este motivo, não é recomendável analisá-lo de maneira isolada, mas em conjunto com os indicadores nº 3, 4, 5 e 6, tendo em vista que os cinco indicadores somados contemplam todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%.

Base de cálculo: $Tc = (\text{Concluídos} / \text{Matrículas atendidas}) * 100$

Este indicador mede o percentual de concluintes em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente (MORAES *et al.*, 2020, p.29).³

Base de cálculo: $CCiclo [\%] = \text{Concluintes no ciclo} / \text{Matrículas no Ciclo} * 100$

O indicador 'taxa de evasão' no SUAP é semelhante com a 'taxa de evasão anual' da PNP, vejamos suas definições e regras de cálculos:

Este indicador mede o percentual de matrículas finalizadas evadidas em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos. Este indicador é influenciado pela taxa de crescimento das matrículas no período. Somado aos indicadores nº 2, 4, 5 e 6 contempla todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%. (SUAP/IFBA).

Base de cálculo: $Te = (\text{Matrículas Finalizadas Evadidas} / \text{Matrículas Atendidas}) * 100$

Este indicador mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente (MORAES *et al.*, 2020, p.27).⁴

Assim sendo, não há a padronização dos conceitos aplicados quanto à situação de matrícula dos estudantes, bem como a falta de alteração da mesma em tempo real. Nessa direção, infere-se que o sistema não conta com

³ Base de cálculo: $CCiclo [\%] = \text{Concluintes no ciclo} / \text{Matrículas no Ciclo} * 100$

⁴ Base de cálculo: $Ev[\%] = \text{Evadidos} / \text{Matrículas} * 100$

um mecanismo correto de cálculo automático desses indicadores, ou seja, o sistema pode estar calculando equivocadamente seus próprios indicadores.

Importa esclarecer, ainda, os conceitos 'matrículas' e 'matrículas no ciclo' adotados pela PNP e 'matrículas atendidas', adotado pelo SUAP. Nessa direção, 'matrículas' e 'matrículas atendidas' possuem o mesmo significado. Segundo a ficha técnica do SUAP, 'matrículas atendidas' se referem a todos os alunos, não fazendo distinção por situação de Matrícula por Período. Para a PNP, 'matrícula' significa a quantidade de alunos que estiveram com matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência, e 'matrícula no ciclo', seria a quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Os indicadores relativos a 'taxa de reprovações', 'índice de efetividade acadêmica', 'taxa de matrícula ativa regular', 'taxa de matrícula ativa retida', 'taxa de saída com êxito e taxa de permanência com êxito', constantes no SUAP, não têm equivalência com os demais indicadores constantes na PNP. Na PNP, a estatística dos 'reprovados' é considerada na base de cálculo do indicador de evasão.

Notou-se algumas descrições um tanto quanto confusas de alguns indicadores na ficha técnica do SUAP que necessitam ser ajustadas para facilitar a compreensão, a exemplo das descrições dos indicadores 'taxa de conclusão' e 'taxa de reprovações'.

Taxa de conclusão: Este indicador mede o percentual de conclusão em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos e com a quantidade de vagas ofertadas em cada período de análise. Por exemplo, em um curso com duração de 4 anos, que oferta em todos os períodos a mesma quantidade de vagas, e todos os alunos concluem no prazo, o resultado será de 25%, ou seja, este indicador somente atingirá 100% em curso com início e término no mesmo ano. Por este motivo, não é recomendável analisá-lo de maneira isolada, mas em conjunto com os indicadores nº 3, 4, 5 e 6, tendo em vista que os cinco indicadores somados contemplam todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%(SUAP, 2022).

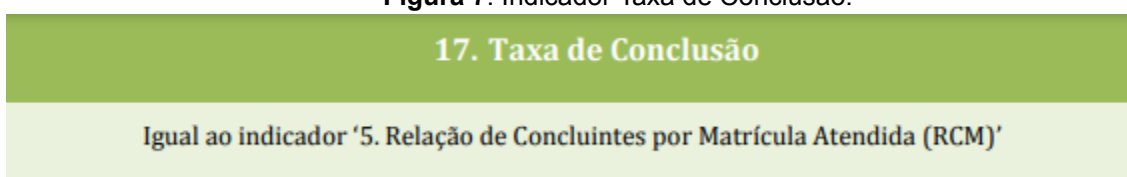
Taxa de reprovações: Este indicador mede o percentual de reprovação em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos e com a quantidade de vagas ofertadas em cada ano. Por exemplo, em um curso com duração de 4 anos, que oferta em todos os anos a mesma quantidade de vagas, que não há retenção e todos os alunos reprovam, o resultado será de 25%, ou seja, este indicador somente atingirá 100% em curso com início e término no mesmo ano. Por este motivo, não é recomendável analisá-lo de maneira isolada, mas em conjunto com os indicadores no 2, 3, 5 e 6, tendo em vista que os cinco

indicadores somados contemplam todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100% (SUAP, 2022).

Nota-se que ambos indicadores, 'taxa de conclusão' e 'taxa de reprovações', recomendam que suas análises sejam realizadas em conjunto com outros indicadores para que a escala de mensuração do indicador reflita a totalidade de 100%, uma vez que isoladamente o indicador terá o resultado de 25%, ou seja, a sua escala de mensuração isoladamente não chega a 100%. Por ter relação indireta, a sua interpretação depende do resultado de outros indicadores.

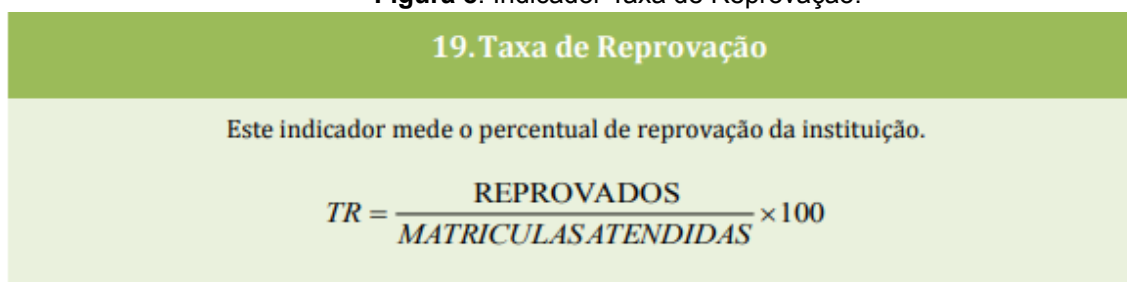
Identificou-se que os indicadores adotados no SUAP parecem estar referenciados pelo “Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0”, em virtude da similaridade entre as nomenclaturas dos indicadores e das variáveis aplicadas em suas regras de cálculos. Consoante o exposto nas figuras 7 e 8, a seguir:

Figura 7: Indicador Taxa de Conclusão.



Fonte: Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (2016).

Figura 8: Indicador Taxa de Reprovação.



REPROVADOS

MATRÍCULAS ATENDIDAS

Fonte: SISTEC

Fonte: SISTEC

Descrição: Todas matrículas que tiveram alteração de status para *Reprovado* nos meses de referência do intervalo de análise.

Registros Considerados: Todas as matrículas que estiveram *Em Curso* por pelo menos um dia no período analisado.

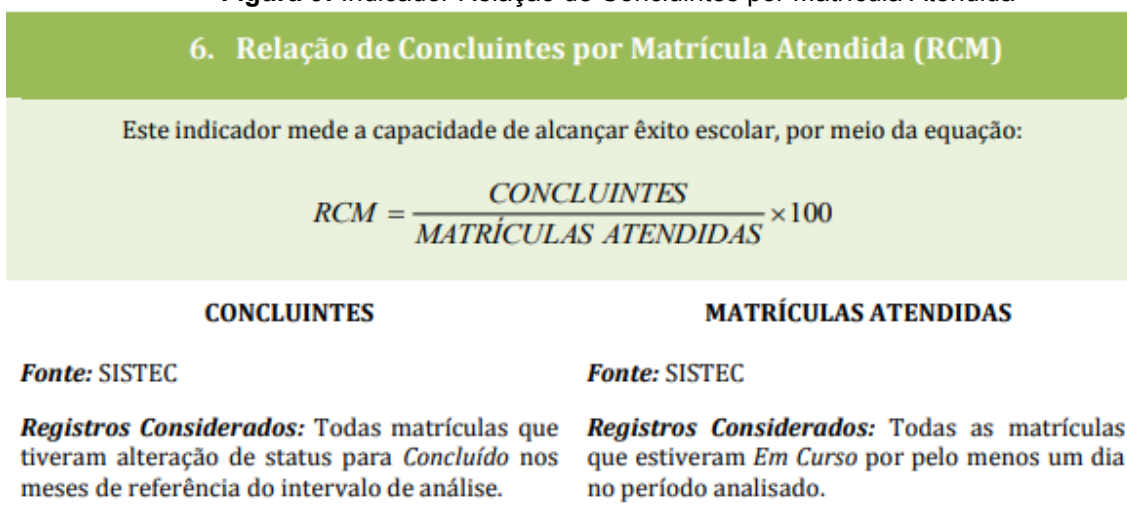
Fonte: Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (MEC, 2016).

O aludido manual informa que o indicador ‘taxa de conclusão’ é o mesmo indicador ‘Relação de Concluintes por Matrículas Atendidas (RCM)’, ou seja, são indicadores repetidos. Observando-se, por sua vez, as regras de cálculo do indicador ‘Relação de Concluintes por Matrículas Atendidas’, percebe-se que se trata da mesma base de cálculo do indicador ‘Taxa de conclusão’ do SUAP e do indicador ‘Conclusão por ciclo’, da PNP. Importa frisar que as bases de cálculos dos indicadores da PNP referentes à evasão, conclusão e retenção recebem a denominação de “Indicadores por ciclo”, haja vista que:

Diferem-se de seus congêneres por não trabalharem a partir dos dados estatísticos do ano base, posto que analisam os dados reunidos por “ciclos de matrícula”. Um ciclo de matrícula envolve a oferta de um curso com uma carga horária definida, com mesma data de início e mesma previsão de término, visando englobar um conjunto de matrículas de alunos para obtenção de uma mesma certificação ou diploma. A análise dos indicadores “por ciclo” será realizada considerando a situação de matrícula dos alunos com fim de ciclo previsto para o ano anterior ao de referência (MORAES *et al*, 2020, p.27).

Pela justificativa constante no Guia de Referência Metodológico da PNP, compreende-se que há uma definição precisa de suas regras de cálculos e que as mesmas estão alinhadas às características das matrículas da Rede Federal, uma vez que o SISTEC, principal plataforma que a PNP extrai os dados acadêmicos, trabalhando com este mesmo conceito, ‘ciclo de matrícula’.

Figura 9: Indicador Relação de Concluintes por Matrícula Atendida



Fonte: Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (MEC, 2016).

Já ao se investigar o indicador Conclusão por ciclo, verifica-se que há uma descrição de quem são os concluintes de maneira detalhada, conforme consta na Figura 10.

Figura 10: Indicador Conclusão por ciclo

Conclusão Ciclo – CCiclo [%]	
Este indicador mede o percentual de concluintes em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto maior Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$CCiclo [\%] = \frac{CCiclo}{MCiclo} \times 100$	
CCiclo – Concluintes no Ciclo	MCiclo - Matrículas no Ciclo
Fonte: PNP (SISTEC / Revalide)	Fonte: PNP (SISTEC / Revalide)
Definição: Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” (alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares do curso no ano de referência, fazendo jus à certificação), e a Quantidade de alunos “integralizados em fase escolar” (alunos que concluíram a Carga Horária da unidades curriculares e ainda não podem receber a certificação por não terem concluído componentes como Estágio, TCC e ENADE), considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência.	Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Fonte: Guia de Referência Metodológica da PNP (2020).

Nessa direção, há uma lacuna na ficha técnica do SUAP⁵ com relação às referências que seus indicadores são balizados, contudo, em virtude das similaridades notadas dos nomes de indicadores e das regras de cálculos constantes no Manual, infere-se que o Manual tenha sido utilizado como uma das referências, com algumas adaptações, contudo, seria mais apropriado que fosse usado como referência o “Guia de Referência Metodológico da PNP”, pois suas regras de cálculos, conforme o já apontado em epígrafe, apresenta

⁵ Os indicadores classificados como “Indicadores de Permanência e Êxito” (Taxa de Retenção, Taxa de Conclusão, Taxa de Evasão, Taxa de Reprovação, Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Matrícula Continuada Retida, Taxa de Efetividade Acadêmica, Taxa de Saída com Êxito, Taxa de Permanência e Êxito) presentes no Manual, indicam que os mesmos foram retirados dos Ofícios Circulares de Nº 60/2015 e de Nº 77/2015, além da Nota Informativa de Nº 138/2015. No entanto, apenas na Nota Informativa Nº 138/2015 constam os indicadores “taxa de conclusão”, “taxa de retenção” e “taxa de evasão” (indicadores presentes no SUAP). Quanto aos demais indicadores, com seus respectivos cálculos (que inclusive também são adotados pelo SUAP), não foi possível identificar de onde foram retirados.

maior alinhamento com as características da Rede Federal e estão em conformidade ao que se prevê nas normativas. Por outro lado, é sabido que a implantação do SUAP no IFBA foi anterior à implementação da PNP na Rede Federal e da publicação do primeiro Guia de Referência Metodológico, portanto, é compreensível que o SUAP tenha se referenciado em um outro documento para balizar suas regras de cálculos. Convém reforçar que o Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica “é o documento pelo qual os Institutos Federais e a SETEC baseiam-se para cálculo dos resultados dos indicadores de gestão da Rede Federal” (CGU, 2018, p.13).

O presente Manual possui uma lista de 32⁶ indicadores recomendados para a Rede Federal, no entanto, foi realizada uma auditoria por uma equipe de especialistas⁷ sobre a gestão dos indicadores e constatou-se que dos 32 indicadores listados no Manual (Quadro 4), 19 apresentam algum erro, seja de fórmula, de descrição ou de conceito, e que ao se verificar a metodologia utilizada no processo de verificação dos resultados dos indicadores de gestão da Rede Federal, apurou-se que a mesma ainda não garante a fidedignidade dos resultados obtidos (CGU, 2018).

Como pode ser observado, a Rede Federal possui uma grande quantidade de indicadores, alguns repetidos, com várias inconsistências ou erros metodológicos e conceituais, expressos no Manual, que se tornou uma ferramenta ineficaz para auxiliar nos cálculos dos indicadores de gestão. Dos 32 indicadores listados no Manual, 19 apresentam algum erro, seja de fórmula, de descrição ou de conceito. (CGU, 2018, p.17).

⁶ Os indicadores “Relação de Ingressantes por Matrícula Atendida”, “Relação de Concluintes por Matrículas Atendidas”, “Eficiência Acadêmica de Concluintes” e “Índice de Retenção do Fluxo Escolar, presentes no Manual, são os mesmos previstos no Acórdão N.º 2.267/2005 – TCU/Plenário e que são divulgados nos Relatórios de Gestão do IFBA. No entanto, há indicação pela SETEC da retirada dos indicadores “Relação de Ingressantes por Matrícula Atendida”, “Relação de Concluintes por Matrículas Atendidas” do Acórdão por apresentar fragilidades e a mudança dos modelos matemáticos dos indicadores “Eficiência Acadêmica de Concluintes” e “Índice de Retenção do Fluxo Escolar (SETEC, 2019).

⁷ Foi realizada uma auditoria por uma equipe de especialistas no âmbito da SETEC sobre a gestão dos indicadores, na qual foi avaliada a metodologia de apuração, cálculo e divulgação dos resultados dos indicadores, desde o exercício de 2005, considerando a responsabilidade de cada ator do processo, bem como as normas legais vigentes que dão o direcionamento de quais indicadores devem ser medidos, quando e como. Na ocasião, constatou-se que (i) os indicadores não estão alinhados com os objetivos estratégicos da Rede Federal, alguns não possuem metas definidas e não são todos monitorados pela Setec; (ii) a metodologia adotada para cálculo dos resultados apresenta fragilidades que comprometem a fidedignidade dos resultados apurados; e (iii) a divulgação desses resultados não é feita de forma tempestiva e eficaz, prejudicando a gestão transparente da informação.

Quadro 4: Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES
Relação de Alunos por Professor	Gastos com Pessoal (GCP)	Taxa de Saída com Êxito
Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos	Gastos com Outros Custeios (Excluído Benefícios e Pasep)(GOC)	Taxa de Permanência e Êxito
Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores, inclusive Licenciatura	Gastos com Investimentos (CGI)	Índice de Eficiência da Instituição
Relação de Candidatos por Vaga (RCV)	Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)	Índice de Eficiência da Instituição
Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)	Taxa de Retenção	Índice de Eficácia da Instituição (Modelo 2)
Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)	Taxa de Conclusão	Alunos matriculados em relação à força de trabalho-
Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)	Taxa de Evasão	Matrículas nos cursos técnicos
Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	Taxa de Reprovação	Matrículas nos cursos para a formação de professores e Licenciaturas
Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	Taxa de Matrícula Continuada Regular	Vagas e matrículas PROEJA
Titulação do Corpo Docente (TCD)	Taxa de Matrícula Continuada Retida	Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Proeja
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	Taxa de Efetividade Acadêmica	-

Fonte: MEC/SETEC (2016).

Nesse sentido, caso o SUAP tenha baseado suas regras de cálculos apenas por este manual, é necessário que sejam revisados esses indicadores, levando-se em consideração tais questões: “Os indicadores medem aquilo para os quais foram projetados? Eles contam com a correta modelagem matemática? Estão representados pelas corretas notações matemáticas? Respeitam os principais atributos de qualidade de um sistema de medição?” (MORAES, 2020, p.432). Moraes (2020), assinala que a construção de

indicadores requer uma análise técnica da validade lógica de cada um dos indicadores, exigindo, portanto, um trabalho de muita reflexão.

Embora tenhamos na PNP uma série de indicadores que permitam auferir alguns cenários da Rede Federal, ainda carece de indicadores que permitam conhecer melhor a realidade do instituto e pensar políticas focalizadas que tenham como público alvo estudantes pertencentes aos grupos minoritários. Embora, também, estatisticamente a PNP permita revelar o cenário, em números, das características dos estudantes da Rede Federal por *renda per capita*, por cor/raça e sexo, a plataforma ainda não dispõe de um mecanismo de produção de indicadores mais focados para estes aspectos.

Dada a diversidade do público atendido pelo IFBA, faz-se necessário, no âmbito da coleta de dados, que se possa conhecer o perfil identitário desses grupos que se apresentam como os mais vulnerabilizados, para que futuramente se possam também produzir indicadores, levando-se em consideração esses recortes específicos, a fim de subsidiar políticas de permanência para estes grupos no Instituto.

Ainda que internamente o IFBA conte com um banco de dados sistematizado que permita conhecer, minimamente, as estatísticas e o perfil de seus estudantes por *renda per capita*, cor/raça, sexo, pessoas com deficiências, ainda não é possível calcular indicadores do tipo: taxa de evasão de alunos por cor/raça; taxa de evasão de alunos com deficiência, taxa de retenção de aluno por *renda per capita*, dentre outros, pois os indicadores, tal como estão postos, apenas permitem conhecer a realidade de forma mais generalista.

Pensando nessas questões, o IFBA já tem incluído em seu Plano de Metas a previsão da criação de um banco de indicadores, além do recente projeto em andamento AFIRMACOTAS, que tem por objetivo avaliar o impacto que a Lei Federal N.º 12.711/12 (BRASIL, 2012) teve na instituição através das análises de dados oficiais da trajetória dos estudantes que optaram por ingressar nos processos seletivos do IFBA por cotas sociais (pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, e demais cotas) entre os anos de 2012 a 2020 em todos os *campi*.

Nesse sentido, a equipe de especialistas sugere uma lista de indicadores no ANEXO II que permitirão avaliar e formular políticas que impactarão nas taxas de acesso, permanência e êxito desse público específico. Acreditamos, ainda, que o SUAP tem potencial para a geração destes indicadores, uma vez que o IFBA estabeleça uma política de gerenciamento de dados acompanhada por marcos/metapas e que sejam realizadas mudanças e ajustes sinalizados neste documento.

5. SUGESTÕES DE MUDANÇAS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, NO SENTIDO DE UNIFORMIZAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES, PARA QUE ESTES NÃO SE PERCAM, E POSSAM SER MAIS FACILMENTE AFERIDOS PELOS USUÁRIOS.

Com supedâneo nas informações citadas anteriormente, o IndicaIFBA acredita que seria necessário atender a alguns requisitos e critérios no desenvolvimento e na gestão dos sistemas de informações do IFBA visando a uniformização dos dados, além de promover o fácil acesso e a conferência destas informações por parte dos usuários dos sistemas (obviamente, levando-se em consideração a hierarquia dos perfis dos usuários com intuito de garantir a confidencialidade das informações).

Assim, tomando como base o trabalho desenvolvido por Soares (2018), elenca-se algumas sugestões de mudança, tanto na parte do desenvolvimento e melhoria dos sistemas quanto ao seu uso, no sentido de uniformizar os dados e as informações, com o escopo de que estes não se percam, e de que possam ser aferidos pelos usuários:

- Melhorar aspectos relativos à pesquisa, à localização e à apresentação dos documentos com intuito permitir o acesso facilitado às informações.
- Atenção à segurança da informação, através de cópias de segurança, controle de acesso, classes de confidencialidade, criptografia para informações sigilosas e ênfase no uso da assinatura e marcas d'água digitais.
- Melhoria na estrutura de armazenamento, permitindo-se, tanto a preservação, quanto a recuperação, a longo prazo de documentos, e, conseqüentemente, informações dentro dos sistemas.
- Preservação das informações em relação ao período de retenção e guarda, atentando-se para a obsolescência tecnológica, já que estas comprometem a preservação de documentos e informações digitais no que diz respeito à integridade, autenticidade e acessibilidade.
- Rever as funções administrativas e técnicas, facilitando o acesso de algumas informações de maneira controlada, de modo que se possa recuperar, visualizar e reconfigurar os parâmetros do sistema e os atributos definidos.
- Verificar, no âmbito da rotina administrativa (tendo em vista a utilização dos sistemas), a conformidade e o cumprimento da legislação e as regulamentações vigentes nos diferentes setores institucionais.
- Investigar melhorias na usabilidade dos sistemas, uma vez que este aspecto facilita a realização de tarefas rotineiras, garantindo-se uma maior produtividade, a criação de mecanismos automáticos de autenticação da informação no SUAP; e melhoria na qualidade do trabalho desenvolvido.

- Pesquisar formas de garantir a interoperatividade entre os sistemas, ou seja, verificar as “regras e padrões relacionados a permissão de consulta entre sistemas heterogêneos sem que o usuário perceba as operações envolvidas e que ele possa interoperar com outros sistemas de informação, respeitando as normas de segurança de acordo com os padrões abertos de interoperabilidade” (p.8).
- Garantir a disponibilidade, no que diz respeito a prontidão de uso e o atendimento dos sistemas.
- Verificar o desempenho e a escalabilidade, em relação a eficiência no atendimento dos usuários levando-se em consideração a infraestrutura da rede, o volume de tráfego de dados e o dimensionamento dos servidores e estações de trabalho (SOARES, 2018).

Registre-se que o IndicalFBA, pela presente Nota Técnica, sugere a inserção de métodos que possam auxiliar na padronização dos dados visando o alinhamento do registro de informações acadêmicas entre as plataformas SUAP, SISTEC e PNP para fins de produção de indicadores e formulação de políticas públicas aplicáveis ao IFBA, como a criação de fluxograma de procedimentos e registros acadêmicos no SUAP, com inclusão de um período para se validar as informações entre o SISTEC e o SUAP, bem como a disseminação destas informações. Para tanto, o IndicalFBA aponta a necessidade de que seja criada uma Comissão Interna especialmente direcionada para a implementação destas sugestões.

Da política de gerenciamento de informações decorre a formação continuada dos servidores de diferentes setores que lidam com o registro de dados. Nesse sentido, entende-se como parte dessa política a criação de cursos internos ao IFBA com o escopo de capacitar servidores; além de fóruns e jornadas de registros acadêmicos; criação de grupos de trabalhos para que estes membros possam propor novos indicadores e tenham prerrogativas procedimentais para formular políticas internas.

5.1. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS.

Com base nos problemas diagnosticados pela equipe do IndicalFBA, recomenda-se que:

A equipe de pesquisadores do IndicalFBA sugere que o DEAC/PROEN, juntamente com as CORES/GRA e o Pesquisador Institucional atuem na condução destes procedimentos enquanto uma política institucional. Consignando-se a necessidade de criação de um grupo de trabalho ou força tarefa para realizar as seguintes ações:

1. Levantamento dos cursos que não estão mais ativos e a sua exclusão das plataformas SUAP e SISTEC;
2. Adequação/revisão das nomenclaturas dos cursos vigentes cadastrados no SUAP e SISTEC;
3. Mapeamento das metodologias adotadas pelos *campi* no que tange aos registros e atualização das informações acadêmicas e os conceitos aplicados para cada situação de matrícula do estudante;
4. Investigação das causas das matrículas duplicadas no SUAP e a correção das mesmas;
5. Transposição de outras informações registradas em planilhas para o SUAP, de modo que todos os registros se concentrem no SUAP e não em outras fontes paralelas;
6. Padronização dos conceitos aplicados ao SUAP quanto à situação de matrícula do estudante por meio de um manual de instruções ou guia metodológico de modo a estabelecer conexão entre os conceitos adotados pela PNP;
7. Reestruturação das atribuições do setor DEAC em relação ao trabalho de organização e padronização dos dados para fins de acompanhamento das estatísticas e indicadores educacionais, tendo em vista à próxima realização do Congresso Regimental do IFBA;
8. Tornar obrigatório o preenchimento do questionário socioeconômico por todos os estudantes do IFBA;

9. Elaboração de um Guia Metodológico do SUAP, acompanhado de um glossário da situação de matrícula do estudante e as fichas técnicas dos indicadores;
10. Constituição de uma força tarefa com a equipe das GRAs e COREs para o preenchimento dos campos 'sem informação' e correção da situação de matrículas de estudantes no SUAP;
11. Realização de pesquisa conjunta com as GRAs e COREs com foco em: levantamento do quantitativo de pessoal nos setores; rotina de pessoal; verificação de como o *campus* se organiza para realizar o saneamento da PNP e preenchimento e atualização das informações no SISTEC (aferir quem são os atores envolvidos, quais os comandos de alteração do status da matrícula são executados pelos profissionais e quais são os realizados de forma automática pelo SUAP, se já receberam alguma capacitação sobre Registros Acadêmicos, treinamento para o uso do SISTEC, PNP e SUAP, dentre outras verificações); inclusive, verificando e implementando informações básicas sobre a Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI).
12. Condução de um Estudo Técnico (por meio de uma Nota Técnica) acerca das limitações ou potencialidades operacionais do SUAP para fins de cálculos de indicadores e dados estatísticos (verificar se o SUAP gera relatórios; se possui campos necessários para preencher dados que servirão para o cálculo de indicadores, sobretudo em relação aos indicadores obrigatórios estabelecidos pelo Acórdão do TCU N.º 2.267/05, bem como acerca de outros indicadores que o IFBA venha a adotar, incluindo-se os indicadores de ordem técnica, teórica e metodológica, que podem estar ocasionando problemas gerenciais; dentre outras aferições técnicas);
13. Revisão da Ficha Técnica do SUAP de acordo às normativas que versam sobre regras de cálculos de indicadores adotados pela PNP e/outras normativas alinhadas com a característica da Rede Federal;

14. Construção de fichas técnicas dos indicadores novos, contendo descrição e regras de cálculo, bem como indicar a criação de novos campos no SUAP (a exemplo de campo para preenchimento das vagas ofertadas);
15. Elaboração de um fluxo de procedimentos e Intersetorial que conste as etapas para o processo de cadastro, acompanhamento e qualificação dos dados do SUAP (com maior tempestividade), sobretudo em atenção ao preenchimento de informações julgadas essenciais para o cálculo dos indicadores;
16. Divulgação anual de um Anuário/Relatório/Boletim de Indicadores e Estatísticas do IFBA (como ocorre no IFSC);
17. Substituir os indicadores “Relação de concluintes por matrícula” e “Retenção por fluxo escolar”, divulgados nos Relatórios de Gestão do IFBA, por “Conclusão por ciclo” e “Retenção por ciclo”, segundo a PNP;
18. Substituir a regra de cálculo do indicador “Índice de Eficiência Acadêmica”, que é divulgado pelo Relatório de Gestão do IFBA (previsto pelo Acórdão N.º 2.267/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), pela regra de cálculo deste mesmo indicador, constante na PNP;
19. Capacitação da equipe das CORE's e GRA's sobre registros acadêmicos;
20. Instituição de um Fórum dos Registros Acadêmicos (FRA) do IFBA (assim como ocorre no IFSC).

Com supedâneo nas razões e nos argumentos colacionados no presente documento, consignam-se as seguintes **considerações finais**.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Consoante o demonstrado em epígrafe, não há padronização acerca do preenchimento das diversas plataformas digitais, o que traz inseguranças

acerca da coleta e armazenamento de dados, e, conseqüentemente, o impacto que isto tem na produção e no acompanhamento de indicadores educacionais, assim como na própria rotina institucional no que tange à emissão de documentos e dados confiáveis para a comunidade acadêmica (por exemplo, temos que o preenchimento de dados no SISTEC aparece como requisito obrigatório para a validação de diplomas, uma vez que haja inconsistências entre os *softwares* utilizados e os dados inseridos poderão ocorrer vários gravames aos discentes).

Parte das considerações aqui arroladas são resultados do processo de análise da base de dados com a finalidade de construção de indicadores educacionais por parte do projeto do IndicalFBA. Embora com algumas lacunas e limitações enfrentadas pela equipe do projeto, até aqui foi possível elencar uma série de inconsistências e possíveis soluções recomendadas para o SUAP a fim de alcançar o seu alinhamento com as outras plataformas de dados como o SISTEC e PNP. Entre elas, listamos a ausência de padronização da base de dados e o não preenchimento de informações no âmbito desses sistemas. Dessa forma, apontamos as possíveis causas para a desatualização das informações acadêmicas em relação ao SUAP e sua possível influência, em termos de incongruência, na alimentação do SISTEC e PNP, sobretudo, em virtude da desatualização de nomenclaturas de cursos do SUAP, como também uma não padronização das nomenclaturas referentes aos *status* dos estudantes.

Além disso, buscou-se demonstrar como o alinhamento e a qualificação das informações entre as três plataformas permite retratar as estatísticas com maior fidedignidade, tanto num nível da sua possível generalização, como também sua especificidade no interior de cada sistema.

Destaca-se ainda a importância deste aspecto na produção de indicadores educacionais, por parte do IFBA, uma vez que estes oportunizam a formulação de inovadoras políticas de Educação Profissional e Tecnológica, além de avaliar as políticas já existentes, as quais devem estar baseadas na conjuntura atual relativa às obrigações legais. O IFBA, por se tratar de ente integrante da administração pública, necessita estar sob a rigorosa égide da legislação e das normas correlatas à SETEC/MEC, aplicando-se, em especial, os acordos do

TCU (sem prejuízo da subsunção destas políticas educacionais a outros diplomas legais).

Por fim, buscou-se consignar as recomendações específicas aos setores institucionais, como DEAC/PROEN, GRA/CORE e o Pesquisador Institucional, para que possam, de forma articulada, identificar os problemas listados e trabalhar ativamente na melhoria dos procedimentos e dos usos dos sistemas utilizados no IFBA.

O IndicalFBA acredita que com esta padronização os serviços educacionais serão otimizados, agregando conhecimento, inclusive, para a produção de novos indicadores, mais fidedignos com a realidade da comunidade acadêmica, como também, contribuirá para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria e para a amplificação da democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica na Bahia e no Brasil.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Revista Educação & Sociedade*, v. 22, n. 75, p.15-29, ago. 2001.

BAHIA, Leandro Oliveira **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília: Enap, 2021. 43 p.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em::< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 12 mai. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: Inep, 2015.

BORTOLI MARIANO, E. **Gestão da Informação Educacional**: um estudo de caso sobre a qualificação dos dados e informações no Instituto Federal de Santa Catarina (Dissertação). Florianópolis, SC, 2020. Disponível em <<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1589/Disserta%20a7%20Final%20-%20Eduardo%20Bortoli%20Mariano.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IFBA. Regimento Geral do IFBA. Disponível em:<<https://portal.ifba.edu.br/irece/institucional/documentos-institucionais/documentos-institucionais-1/regimento-geral-do-ifba.pdf/view>>; Acesso em: 17 de abr. 2022.

IFSC. **NOTA_TECNICA_01.2016**. Disponível em: <https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/0/0b/19_-_NOTA_TECNICA_01.2016_-_PROEN-DEIA_-_CADASTRO_IFSC.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

IFSC. **Resolução nº 54/2010/CS**, que aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Santa Catarina. Disponível em:<http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_54_-_REGIMENTO_GERAL_DO_IFSC.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2017.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0** (2016). Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/images/Ascom_Itabaiana/MANUAL_DOS_INDICADORES_DA_RFEPT_vers%C3%A3o_2.0.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MORAES, G. H. et. al. **Plataforma Nilo Peçanha**: guia de referência metodológica. Brasília: Editora Evobiz, 2018. Disponível em: http://dadosabertos.mec.gov.br/images/conteudo/pnp/2020/grm_pnp_2020.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. de; SANTANA, R. dos S; SILVA, S. de S.M. O. da (org). **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica**: um campo em construção. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

MORAES, G. H; ALBUQUERQUE, A. E. M. **As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019

PNE. Plano Nacional de Educação, 2020. Disponível em:<<https://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PNP, 2020 [Online]. Disponível em:<<http://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU).Secretaria Federal de Controle Interno. **Avaliação dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Relatório nº 201702018. Brasília, 2018.

SETEC/MEC. **Portaria Nº 1, de 3 de janeiro de 2018.** Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE. Disponível em:<https://nilopecanha.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/17617/mod_resource/content/1/Institui%20a%20PNP%20-%20pdf.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SETEC/MEC. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** (Exercício 2018). Brasília, 2019. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=142721-relatorio-anual-de-gestao-2018-r&category_slug=2020&Itemid=30192>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SOARES, Janaína *et al.* **Estudo sobre os critérios de decisão na implementação do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico.** Repositório IFPB, 2018. Disponível em:<<https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/790/1/Ja%C3%ADna%20Elissa%20Freires%20Soares%20-%20Estudo%20Sobre%20os%20Crit%C3%A9rios%20de%20Deciss%C3%A3o%20na%20Implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sistema%20de%20Processo%20Administra~1.pdf>>

TCU, 2017. **Avaliação dos indicadores de gestão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, Relatório nº 201702018. 41 f.

ANEXO I
RECLASSIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE MATRÍCULAS DO SUAP

Variável original do SUAP	Proposta de equiparação com a PNP	Nova nomenclatura segundo a PNP
Abandono	Abandono+ Cancelado+Cancelamento Compulsório+Evasão+Jub ilado+Transferido externo+Transferido interno	Evadidos
Aguardando Colação de Grau	Aguardando colação de grau+concluído+Estagiário (concludente)+Formado	Concluintes
Aguardando Matrícula	Aguardando matrícula+Matrícula vínculo institucional+Matriculado	Em curso
Cancelado	Em migração+Falecido+Não concluído+Trancado+Trancado voluntariamente	Outros*

Cancelamento Compulsório		
Concluído		
Em Migração		
Estagiário (Concludente)		
Evasão		
Falecido		
Formado		
Jubilado		
Matrícula Vínculo Institucional		
Matriculado		
Não concluído		
Trancado		

Trancado Voluntariamente		
Transferido Externo		
Transferido Interno		

***Situação de matrícula constante no SUAP que não se enquadra em nenhuma das classificações da PNP**

ANEXO II

INDICADORES QUE COMPORÃO O BANCO DE INDICADORES ACERCA DO IFBA.

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Percentual de alunos do sexo feminino	Dicionário de Indicadores Educacionais/IN EP	este indicador pode ser calculado para educação infantil, classes de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, curso normal em nível médio, educação de jovens e adultos, educação profissional em nível técnico e ensino superior.	$PM_{ks}^{Fem} = \frac{M_{ks}^{Fem}}{M_{ks}} \times 100$ <p>M_{ks}^{Fem} = número de alunos do sexo feminino matriculados no nível de ensino k na série ou grupo de séries s; M_{ks} = matrícula inicial total no nível de ensino k na série ou grupo de séries s. onde: k = educação infantil, classe de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, curso normal em nível médio, educação de jovens e adultos, educação profissional em nível teórico e ensino superior; s = ensino fundamental (série, 1ª a 4ª, 5ª a 8ª, total) e ensino médio (série, total).</p>	INDICADORES DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO	SIM	
Percentual de concluintes do sexo feminino	Dicionário de Indicadores Educacionais/IN EP	este indicador é calculado para os níveis de ensino fundamental e médio.	$PCon_k^{Fem} = \frac{Con_k^{Fem}}{Con_k} \times 100$ <p>Con_k^{Fem} = número de concluintes no nível de ensino k, do sexo feminino; Con_k = número total de concluintes no nível de ensino k. onde: k = ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.</p>	INDICADORES DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO	SIM	
Relação aluno/função não-docente	Dicionário de Indicadores Educacionais/IN EP	este indicador não pode ser calculado por nível de ensino em função do servidor não-docente atuar em atividades administrativas que atendem a todos os	$RAND = \frac{M}{ND}$ <p>M = matrícula total no estabelecimento de ND = número de funções não-docentes ex estabelecimento de ensino.</p>	INDICADORES DE OFERTA	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		níveis de ensino				
Esforço docente	INEP	este indicador mensura o esforço empreendido pelos docentes da educação básica brasileira no exercício de sua profissão.	(1) número de escolas em que atua; (2) número de turnos de trabalho; (3) número de alunos atendidos e (4) número de etapas nas quais leciona.	—	SIM	
Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo em Educação	—	a titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor)	Adaptação conforme ao Índice de Titulação do corpo docente Índice = $G*1+A*2+E*3+M*4+D*5$ $G+A+E+M+D$	INDICADORES DE OFERTA	SIM	
Percentual de docentes com Formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica	—	—	Para o cálculo deste indicador devem ser considerados os docentes não licenciados que apresentam a formação complementar em EPT.	INDICADORES DE OFERTA	SIM	
Relação Candidato/Vaga (RCV) (Pessoas com Deficiência/quilombolas, indígenas/Trans)	—	—	—	INDICADORES DE OFERTA		
Relação Ingressos/matris	—	—	—	INDICADORES DE OFERTA		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Relação de pessoas atendidas (RIM) (Pessoas com deficiência/quilombolas, indígenas/Trans)						
Relação Concluintes/Matrícula atendida (RCM) (Pessoas com deficiência/quilombolas, indígenas/Trans)				INDICADORES DE OFERTA		
Relação turma/sala de aula existente por turno	Dicionário de Indicadores Educacionais/IN EP	Para o cálculo desse indicador são consideradas todas as turmas oferecidas pela escola, em determinado turno, independente do nível/modalidade de ensino	$RTSE_t = \frac{T_t}{SE}$ <p>T_t = número de turmas oferecidas no turno t; SE = número de salas de aula existentes.</p> <p>onde: t = turno de funcionamento</p>	INDICADORES DE OFERTA		
Indicadores quanto ao acesso e a utilização das tecnologias de informação e	https://www.cetic.br/pesquisa/educacao/ https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/NI	Para alunos: <ul style="list-style-type: none"> o Perfil de uso de dispositivos e redes; 				

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
comunicação e conectividade	Cbr_PORTUGU ES-web.pdf	<ul style="list-style-type: none"> o Habilidades no uso destas tecnologias; o Desenvolvimento de competências a partir do uso de tecnologias; o Uso de tecnologias em atividades de aprendizagem; o Orientação para o uso crítico, seguro e responsável de TIC. <p>Para servidores</p> <ul style="list-style-type: none"> o Perfil profissional; o Perfil de uso de dispositivos e redes; o Habilidades e formação 				

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		<p>específica para o uso de TIC;</p> <ul style="list-style-type: none"> o Uso de TIC em atividades educacionais e de coordenação; o Percepção sobre oportunidades e desafios para o uso dessas tecnologias no ambiente escolar. 				
Número médio de alunos por turma	Dicionário de Indicadores Educacionais/IN EP	<p>Mede o tamanho médio das turmas. Trata-se do quociente entre o total de matrículas e o total de turmas informadas no censo escolar, por série, grupo de séries ou nível de ensino.</p>	$NAT_{ks} = \frac{M_{ks}}{T_{ks}}$ <p>M_{ks} = matrícula no nível de ensino k, na série ou grupo de séries s;</p> <p>T_{ks} = número de turmas no nível de ensino k, na série ou grupo de séries s.</p> <p>onde: k = creche, pré-escola, classe de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio; s = ensino fundamental (série, 1ª a 4ª, 5ª a 8ª, total), ensino médio (série e total).</p>	INDICADORES DE OFERTA		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Relação de alunos/Assistência Estudantil	—	Expressa a quantidade dos alunos que necessitam de Assistência Estudantil e os alunos atendidos pelo programa	—	—		
Relação de alunos/Atendimento Educacional Especializado	—	Expressa a quantidade dos alunos público alvo da Educação Especial e os que recebem atendimentos	—	—		
Relação de números de profissionais terceirizados	—	—	—	—	NÃO	
O índice de interiorização da oferta de vagas em EPT;	RESOLUÇÃO Nº 041/2018, DE 9 DE MAIO DE 2018 (IFSULDEMINAS)	—	—	—		
Índice de verticalização dos cursos ofertados pelos campi	GUIA DE REFERÊNCIA METODOLÓGICO (PNP 2020).	Busca identificar a efetividade de cada unidade acadêmica em oferecer cursos de níveis distintos em um mesmo eixo/subeixo tecnológico	—	—	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Indicadores que relacione estágio ou emprego/distorção na área de formação do/a estudante	_____	_____	_____	_____		
Indicadores para Egressos Relação de Egressos/ Mundo do trabalho(Empregados na área de formação (ou fora da formação) Relação de Egressos/Cursando Nível superior relacionado à formação inicial (ou fora da formação) Relação de Egressos com deficiência/ Mundo do trabalho	_____	_____	_____	_____		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Relação de Egressos com deficiência/ nível superior Percentual de concluintes por medida judicial						
Índice de Acessibilidade da pessoa com deficiência	_____	_____	_____	_____		
Número total de projetos de pesquisa	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	somatório do número total de projetos de pesquisa vinculados a programas institucionais, agências de fomento e a parcerias. Neste indicador serão incluídos apenas projetos: a) vigentes que estejam sendo desenvolvidos no ano de referência; b) iniciados no ano de referência.	_____	PESQUISA	NÃO	
Número de servidores envolvidos em	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUA	Somatório do número de	_____	PESQUISA	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
projetos de pesquisa	RECURSOS DE INOVAÇÃO DO IFBA	servidores envolvidos em projetos de pesquisa, coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. A participação do servidor em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que o mesmo participe. Neste indicador serão incluídos apenas servidores que estejam executando atividades em projetos: a) vigentes que estejam sendo desenvolvidos no ano de referência; b) iniciados no ano de referência; c) considerando o quantitativo de				

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		servidoras envolvidas; d) considerando o quantitativo de servidores envolvidos.				
Número de colaboradores externos envolvidos em projetos de pesquisa	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de colaboradores externos envolvidos em projetos de pesquisa, independente se de instituições públicas ou privadas. A participação do colaborador em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que o mesmo participe. Neste indicador serão incluídas apenas ações que estiverem em vigência ou iniciarem no ano de referência.	—	PESQUISA	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número de alunos de graduação envolvidos em projetos de pesquisa que estiverem em vigência ou iniciarem no ano referência	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	a) com fomento externo nacional b) com fomento externo internacional; c) com fomento interno d) voluntário (Olhar referência no documento)	—	PESQUISA	SIM	
Número de alunos envolvidos em projetos de pesquisa de nível técnico (integrado, subsequente, concomitante) que estiverem em vigência ou iniciarem no ano referência	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	a) com fomento externo 6 nacional 7 ; b) com fomento externo internacional; c) com fomento interno 8 ; d) voluntários 9 ; e) parceiro nacional (colaborador externo) 10 ; f) parceiro internacional (colaborador externo). (Olhar referência no documento)	—	PESQUISA	SIM	
Número de alunos envolvidos em projetos de	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E	a) com fomento externo 6 nacional 7 ;	—	PESQUISA	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
pesquisa de nível técnico (integrado, subsequente, concomitante) que estiverem em vigência ou iniciarem no ano referência	INOVAÇÃO DO IFBA	b) com fomento externo internacional; c) com fomento interno 8 ; d) voluntários 9 ; e) parceiro nacional (colaborador externo) 10 ; f) parceiro internacional (colaborador externo). (Olhar referência no documento)				
Número de alunos envolvidos em projetos de pesquisa em programas lato sensu (presencial ou EaD) que estiverem em vigência ou iniciarem no ano referência	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	a) com fomento externo nacional 11 ; b) com fomento externo internacional; c) com fomento interno 12 ; d) voluntários 13 ; e) parceiro nacional (colaborador externo) 14 ; f) parceiro internacional (colaborador externo).	—	PESQUISA	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		(Olhar referência no documento)				
Número de alunos envolvidos em projetos de pesquisa em programas de stricto sensu – Mestrado (Acadêmico ou Profissional) que estiverem em vigência ou iniciarem no ano referência:	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	a) com fomento externo 15 ; b) com fomento interno 16 ; c) voluntários 17 ; d) parceiros (colaborador externo) 18 . (Olhar referência no documento)	—	PESQUISA	SIM	
Número de alunos envolvidos em projetos de pesquisa em programas de stricto sensu – Doutorado (Acadêmico ou Profissional) que estiverem em vigência ou iniciarem no ano referência:	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	a) com fomento externo 19 ; b) com fomento interno 20 ; c) voluntários 21 ; d) parceiros (colaborador externo) 22 . (Olhar referência no documento)	—	PESQUISA	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número de grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Somatório quanto ao número de grupos de pesquisa devidamente cadastrados e certificados no CNPq na data da coleta dos dados dos indicadores.	—	PESQUISA	NÃO	
Número de participantes em eventos de pesquisa	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Somatório quanto ao número de participantes (comunidade interna e externa) em qualquer modalidade quanto à participação (convidado, participante e ouvinte), em eventos científicos e de pesquisa (nacional, regional, local) promovidos pela Instituição.	—	PESQUISA	NÃO	
Número de eventos de pesquisa organizados	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E	Somatório quanto ao número de eventos científicos e de pesquisa realizados pela	—	PESQUISA	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
	INOVAÇÃO DO IFBA	instituição categorizada em: a) local; b) regional; c) estadual; d) nacional; e) internacional.				
Número de participantes em eventos de pesquisa	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Somatório quanto ao número de participantes (comunidade interna e externa) em qualquer modalidade quanto à participação (convidado, participante e ouvinte), em eventos científicos e de pesquisa (nacional ou regional) promovidos de forma interinstitucional.	—	PESQUISA	NÃO	
Produção científica: número de periódicos editorados pela instituição	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Somatório do número de periódicos com indexação e o número de periódicos sem indexação, no ano	—	PESQUISA	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		de referência.				
Produção científica: número de artigos publicados pelos servidores em periódicos	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de artigos publicados pelos servidores em periódicos indexados, no ano de referência	—	PESQUISA	NÃO	
Produção científica	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	distribuição por área de conhecimento conforme grandes áreas do CNPq de artigos publicados pelos servidores em periódicos indexados.	—	PESQUISA		
Produção científica: número de trabalhos publicados	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de trabalhos publicados pelos servidores em eventos científicos, no ano de referência. a) Trabalhos completos (regional, nacional ou internacional); b) Resumos expandidos	—	PESQUISA		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		(regional, nacional ou internacional); c) Resumos simples (regional, nacional ou internacional).				
Produção científica: número de livros publicados	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de livros publicados pelos servidores, nacionais e/ou internacionais, em editora Institucional ou externa, no ano de referência. a) Autor; b) Organizador; c) Tradutor.	—	PESQUISA		
Produção científica: número de capítulos de livros	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de capítulos de livros nacionais e/ou internacionais publicados pelos servidores, em editora Institucional ou externa, no ano de referência. O autor do capítulo não poderá ser o autor	—	PESQUISA		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		do livro, mas poderá ser organizador				
Total de aporte financeiro para a pesquisa com fonte institucional (via orçamento próprio da instituição)	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do valor total de recurso financeiro investido, custeio e capital, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa aprovados em editais institucionais.	—	PESQUISA		
Total de aporte financeiro para a pesquisa com fonte externa (agências e/ou acordos de parceria)	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do valor total de recurso financeiro investido. a) a partir de projetos de pesquisa desvinculados dos polos de inovação; b) a partir de projetos de pesquisa vinculados aos polos de inovação.	—	PESQUISA		
Número de cursos lato sensu na modalidade presencial	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório de cursos lato sensu presenciais aprovados para funcionamento na instituição, com matrículas ativas no ano de referência	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número de cursos lato sensu na modalidade de Ensino a Distância (EaD)	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório de cursos lato sensu na modalidade de ensino a distância aprovados para funcionamento na instituição, com matrículas ativas no ano de referência.	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de egressos dos cursos lato sensu na modalidade presencial	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de egressos nos cursos lato sensu da modalidade presencial no ano de referência. Entende-se como egresso o discente que foi certificado	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de egressos dos cursos lato sensu na modalidade EaD	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de egressos nos cursos lato sensu da modalidade a distância no ano de referência. Entende-se como egresso o discente que foi certificado.	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número de discentes matriculados nos cursos lato sensu na modalidade presencial	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de discentes nos cursos lato sensu da modalidade presencial no ano de referência, com matrícula ativa	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de discentes matriculados nos cursos lato sensu na modalidade EaD	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de discentes nos cursos lato sensu da modalidade a distância no ano de referência, com matrícula ativa.	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de cursos stricto sensu – Mestrado	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de cursos stricto sensu – Mestrado, com matrículas ativas no ano de referência.	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de egressos dos cursos stricto sensu – Mestrado	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de egressos stricto sensu – Mestrado, no ano referência. Entende-se como egresso o discente titulado.	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número de discentes matriculados nos cursos stricto sensu – Mestrado	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de discentes stricto sensu – Mestrado, no ano referência, com matrícula ativa	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de cursos stricto sensu – Doutorado	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de cursos stricto sensu – Doutorado, com matrículas ativas no ano de referência.	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de egressos dos cursos stricto sensu – Doutorado	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de egresso stricto sensu – Doutorado no ano de referência. Entende-se como egresso o discente titulado	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	
Número de discentes matriculados nos cursos stricto sensu – Doutorado	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de discentes stricto sensu – Doutorado no ano referência, com matrícula ativa	—	PÓS-GRADUAÇÃO	SIM	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número de bolsas no Mestrado com fomento interno	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	quantitativo de bolsas de Mestrado no ano de referência, com fomento interno.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		
Número de bolsas no Mestrado com fomento externo	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	quantitativo de bolsas de Mestrado no ano de referência, com fomento externo.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		
Número de bolsas no Doutorado com fomento interno	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	quantitativo de bolsas de Doutorado no ano de referência, com fomento interno.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		
Número de bolsas no Doutorado com fomento externo	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	quantitativo de bolsas de Doutorado no ano de referência, com fomento externo.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		
Total de aporte financeiro para a pós-graduação com fonte Institucional (via orçamento próprio da instituição)	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do valor total de recurso financeiro investido, custeio e capital, na área de pós-graduação com fomento Institucional.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Total de aporte financeiro para a pós-graduação com fonte externa (agências e/ou acordos de parceria)	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do valor total de recurso financeiro investido, custeio e capital, na área de pós-graduação com fonte externa.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		
Número de bolsas de produtividade de docentes da pós-graduação financiadas com recursos externos.	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA		—	PÓS-GRADUAÇÃO		
Número de colaboradores externos envolvidos com os programas de pós-graduação stricto sensu	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de colaboradores externos envolvidos em projetos de inovação independente se de empresa e/ou associações. A participação do colaborador em projetos de inovação deverá ser	—	PÓS-GRADUAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que o mesmo participe. Neste indicador serão incluídas apenas ações que tiveram início no ano de referência.				
Total de produtos técnicos e/ou tecnológicos produzidos pelos programas de mestrados e doutorados.	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Compreende o total de produtos desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu dos cursos de mestrado e doutorado, conforme as seguintes categorias: a) mestrado acadêmico; b) doutorado acadêmico; c) mestrado profissional; d) doutorado profissional.	—	PÓS-GRADUAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Número total de projetos com potencial para a inovação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	este número engloba os projetos vinculados aos Programas de Iniciação Tecnológica e de Apoio à Inovação, com ou sem parceiros.	—	INOVAÇÃO		
Número total de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	este número engloba os projetos com parcerias (públicas ou privadas) voltados à inovação no setor produtivo	—	INOVAÇÃO		
Número de servidores envolvidos em projetos de inovação tecnológica	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do número de servidores envolvidos em projetos de inovação como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. A participação do servidor em projetos de inovação deverá ser contabilizada uma	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		<p>única vez, independente do quantitativo de projetos que o mesmo participe. Neste indicador serão incluídas apenas ações que tiveram início no ano de referência.</p> <p>a) considerando o quantitativo de servidoras envolvidas;</p> <p>b) considerando o quantitativo de servidores envolvidos.</p>				
Número de bolsas com fomento externo, envolvidos em projetos de inovação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	<p>somatório por nível de ensino quanto ao número de bolsas de agências de fomento ou provenientes de acordo de parcerias, envolvidos em projetos de inovação no ano referência dos níveis:</p> <p>a) técnico/médio;</p> <p>b) graduação;</p>	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		c) pós-graduação stricto sensu .				
Número de bolsas com fomento interno, envolvidos em projetos de inovação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório por nível de ensino quanto ao número de bolsas de agências de fomento ou provenientes de acordo de parcerias, envolvidos em projetos de inovação no ano referência dos níveis: a) técnico/médio; b) graduação; c) pós-graduação stricto sensu .	—	INOVAÇÃO		
Número de colaboradores externos envolvidos em projetos de inovação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de colaboradores externos envolvidos em projetos de inovação. A participação do colaborador em projetos de inovação deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		projetos que o mesmo participe. Neste indicador serão incluídas apenas ações no ano referência.				
Número de alunos voluntários envolvidos em projetos de inovação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório por nível de ensino quanto ao número de alunos voluntários envolvidos em projetos de inovação devidamente registrados em plataforma Institucional. A participação do aluno voluntário em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que o mesmo participe. Neste indicador serão incluídas apenas ações no ano referência para os cursos de:	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		a) educação profissional técnica de nível médio; b) graduação; c) pós-graduação.				
Número de registros de propriedade intelectual (PI) concedidos junto ao órgão competente no Brasil e/ou no exterior.	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Trata-se do total acumulado de registros concedidos em cada uma das categorias 23 : a) patente de invenção ou modelo de utilidade; b) marca; c) desenho industrial; d) cultivar; e) topografia de circuitos; f) programa de computador.	—	INOVAÇÃO		
Número de registros de propriedade intelectual (PI) junto ao órgão competente no Brasil e/ou no exterior	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	Trata-se do total acumulado de registros solicitados em cada uma das categorias: a) patente de invenção ou modelo de utilidade; b) desenho industrial; c) cultivar;	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		d) topografia de circuitos.				
Valores totais de rendimentos como contrapartidas financeiras e/ou equivalentes, em contratos de transferência de tecnologia	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	valores totais de rendimentos gerados com transferência de tecnologia, contrapartidas financeiras e/ou equivalentes (royalties, bolsas vinculadas ao contrato, equipamentos, entre outros), para os contratos assinados, publicados no Diário Oficial da União (D.O.U), no ano referência.	—	INOVAÇÃO		
Número de contratos de transferência de tecnologia	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	total de contratos de transferência de tecnologia, para os contratos assinados e publicados no Diário Oficial da União (D.O.U), no ano de referência. a) patente de invenção ou modelo de utilidade;	—	INOVAÇÃO	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		b) desenho industrial; c) marca; d) cultivar; e) topografia de circuitos; f) programa de computador; g) tecnologias sem registro.				
Número de startups ou spinoff	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de startups ou spinoff, abertas no ano de referência, com apoio dos programas institucionais de empreendedorismo e incubação.	—	INOVAÇÃO	NÃO	
Número de eventos voltados para a disseminação da cultura de inovação e para fins de desenvolvimento tecnológico (mostras, encontros, seminários,	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de eventos voltados para a área de inovação, organizados no ano de referência, com apoio dos programas institucionais de empreendedorismo e incubação.	—	INOVAÇÃO	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
desafios, hackathons, maratonas, competições, olimpíadas, semana de inovação)						
Número de projetos para pré-incubação	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de projetos para pré-incubação, iniciados no ano de referência.	—	INOVAÇÃO		
Número de empresas incubadas	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de empresas incubadas, iniciados no ano de referência.	—	INOVAÇÃO		
Número de empresas graduadas	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório quanto ao número de empresas graduadas, no ano de referência.	—	INOVAÇÃO		
Total de aporte financeiro para a inovação com fonte	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E	somatório do valor total de recurso financeiro investido, custeio e	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
institucional (via orçamento próprio da instituição)	INOVAÇÃO DO IFBA	capital, para o desenvolvimento de projetos de inovação aprovados em editais institucionais. Se o edital for conjunto, deve ser computado somente em um dos indicadores (pesquisa ou inovação).				
Total de aporte financeiro para a inovação com fonte externa à instituição	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do valor total de recurso financeiro investido, custeio e capital, para o desenvolvimento de projetos de inovação registrados na instituição.	—	INOVAÇÃO		
Total de doações de equipamentos e/ou recursos econômicos provenientes de fonte externa à instituição	INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IFBA	somatório do valor total de recurso econômico recebido, custeio e capital, para o desenvolvimento de projetos de inovação registrados na instituição.	—	INOVAÇÃO		

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	IFSC - RESOLUÇÃO CONSUP Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.	<p>é uma expressão quantitativa de análise composta de variáveis que juntas caracterizam a situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Vulnerabilidade Social apreendida como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo relacionais e de pertencimento social.</p> <p>O IVS destina-se ao estudante com renda per capita de até 2 salários-mínimos, em situa-</p>	—	INDICADOR DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO	NÃO	

INDICADOR	FONTE	DEFINIÇÃO	REGRA DE CÁLCULO	CATEGORIA DO INDICADOR	É POSSÍVEL SER CALCULADO PELO SUAP?	OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR*
		ção de vulnerabilidade social que comprometa a sua condição de permanência e êxito no curso				
Satisfação dos egressos	Resolução n.º 43, de 25 de setembro de 2018, do IFbaiano	Este indicador mede a satisfação dos estudantes egressos. Avaliar a satisfação dos estudantes egressos, considerando a contribuição da instituição na inserção socioprofissional e o estímulo para a verticalização no percurso formativo.	—			

*OBRIGATORIEDADE DO INDICADOR EM RELAÇÃO AO Acórdão TCU 2267/05 E OUTRAS NORMATIVAS.